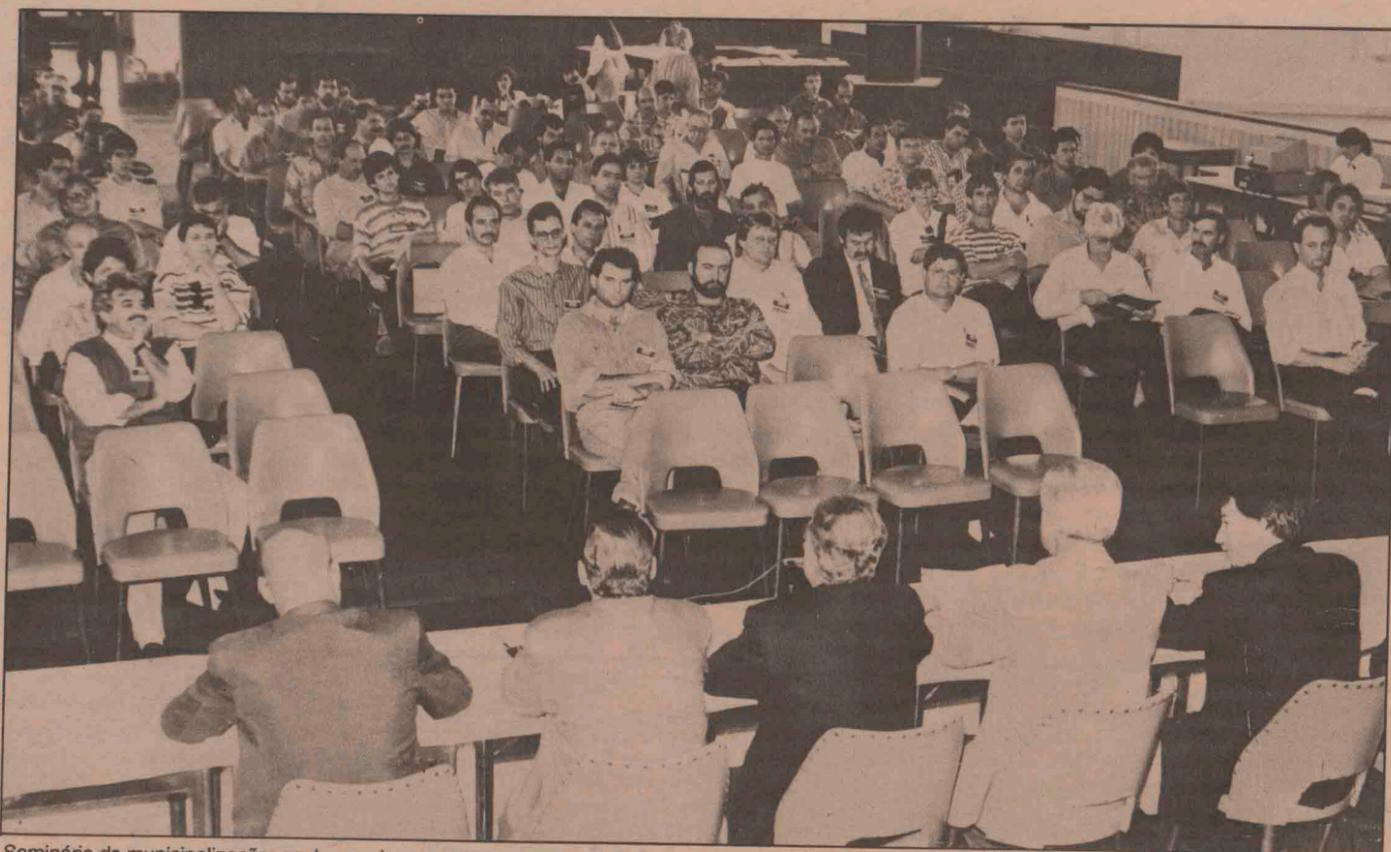


MUNICIPALIZAÇÃO DA AGRICULTURA



Seminário da municipalização: em busca de uma proposta para o Estado

APROXIMANDO PROBLEMAS E SOLUÇÕES

A organização da agricultura a partir da realidade municipal e definida pela parceria efetiva entre todas as instituições ligadas e representativas do setor. Esta foi a referência dada pelo 1º Seminário Estadual de Municipalização da Agricultura, realizado em 20 e 21 de julho, em Ijuí, com a participação de 67 representantes de municípios de todo o Rio Grande do Sul

4, 5, 6 e 7

O novo plano do governo para a agricultura

Ao destinar, no seu Plano de Safra, R\$ 5,65 bilhões para o financiamento da próxima safra, o governo espera elevar a produção de grãos do país para 75 milhões de toneladas. Os microprodutores foram beneficiados com um programa especial e os médios e grandes vão plantar com correção monetária e juro anual de 11 por cento



Páginas centrais

I TURIS LEITE

Em busca de um modelo regional



Na propriedade de Carlos Bandeira, a genética vem sendo apurada aos poucos

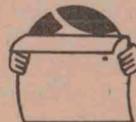
Produtores da Grande Tenente Portela fazem uma tarde de campo em três propriedades demonstrativas de leite. O tipo de manejo, de condução da atividade, a genética, as instalações e a topografia semelhante serviram de referencial para quem está disposto a fazer do leite um negócio de resultados

8 e 9



Buscar soluções para um setor que responde pela maior fatia das receitas municipais da região e em nível nacional participa com cerca de 40 por cento do Produto Interno Bruto. O 1º Seminário Estadual de Municipalização da Agricultura realizado em Ijuí, em julho, reuniu representantes de vários municípios do Estado para discutir esta questão que já vem sendo experimentada em outros estados e que se fortalece na medida em que a

agricultura, vista por uma nova ótica de desenvolvimento sócio-econômico, exige programas baseados nas realidades locais e regionais e primando pela descentralização de decisões. Em dois dias, os participantes do evento discutiram a sustentação da municipalização e ainda elegeram uma comissão supra-institucional encarregada de formular uma proposta para o Rio Grande do Sul, como se registra às páginas 4,5,6 e 7.



O êxodo rural

Reinhold Luiz Kommers

O êxodo rural vem se agravando no Brasil a cada ano que passa, tomando proporções alarmantes e preocupantes. Até 50 anos atrás, dois terços da população brasileira residia no meio rural e um terço na cidade. Hoje vivemos uma situação completamente inversa, com dois terços da população residindo nas cidades e apenas um terço no meio rural.

As causas e os fatores que provocaram estas mudanças são diversas. Um dos mais graves está relacionado com a extensão da legislação urbana para o meio rural. Naquela época, quase todos os proprietários tinham em suas propriedades famílias que moravam na propriedade e que eram chamados de agregados. Essas famílias mantinham uma vaquinha que produzia leite para o consumo, criavam suínos, aves e outros animais. Os proprietários também prestavam assistência médica e hospitalar aos seus agregados.

Esses agregados trabalhavam para os proprietários nas épocas de plantio, capina nas lavouras e nas colheitas das safras. O resto do tempo, eles trabalhavam para si próprios, cultivando e plantando a terra que os proprietários lhes cediam para o sustento de suas famílias. Durante o período em que trabalhavam para os proprietários, recebiam o suficiente para comprar roupas, alimentos e demais produtos de necessidade para o sustento e manutenção de suas famílias. Desta forma, podiam viver tranqüilos e confortavelmente.

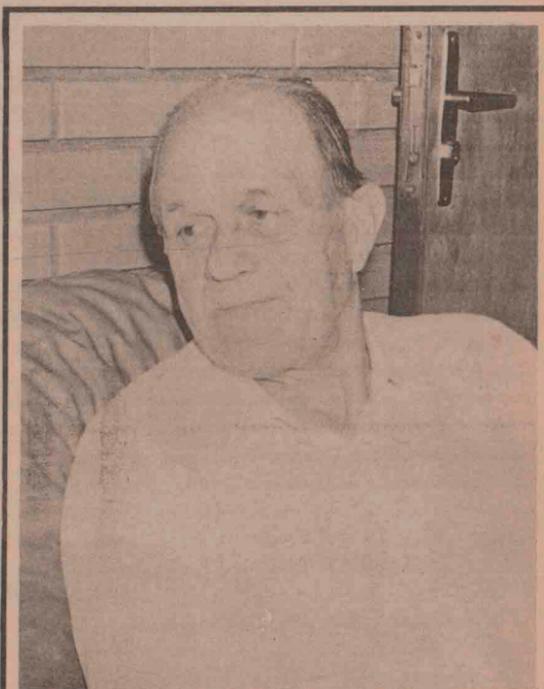
Com o decorrer dos anos e a introdução da Legislação Trabalhista para o meio rural, a situação se agravou, pois os agregados, sob influência, começaram a recorrer à Justiça do Trabalho para reclamar de salários, férias e indenização por tempo de serviço como empregados efetivos. Essa situação gerou um verdadeiro "terror" no meio rural. Muitos proprietários tiveram que vender parte de suas propriedades para pagar indenizações a seus agregados. A situação tornou-se tão grave, que muitos proprietários se viram obrigados a dispensar seus agregados. Assim, milhares de famílias, geralmente numerosas, trocaram o campo pela cidade, indo morar nas periferias, causando o êxodo rural e engrossando a situação de miséria que margeiam as nossas cidades.

Outro fator determinante do êxodo rural é a falta de uma política agrícola definida, séria e viável para o setor, especialmente para os pequenos e médios produtores que se encontram endividados e descapitalizados, sem recursos financeiros para corrigir e adubar adequadamente as suas terras, mas com receio de recorrer aos bancos para contratar financiamentos agrícolas para as suas lavouras devido as altas taxas de juros e correção monetária.

Desta forma, milhares de famílias que não conseguem sobreviver em suas propriedades rurais, têm vendido suas terras e migrado para as cidades em busca de melhores condições de vida, uma ilusão, que é uma grande "ilusão", pois não estão preparados e não possuem grau de instrução suficiente para conseguir emprego em indústrias ou comércio. Isso os leva a se dedicar a outras atividades, que nem sempre são lícitas e suficientes para a sobrevivência da sua família.

O endividamento vem sendo apontado como o fator que mais tem tirado agricultores de suas terras. Conforme notícia publicada na revista "O Produtor Rural", em sua edição de abril de 1994, só no estado do Paraná, cerca de 52.500 pequenos e médios produtores perderam as suas propriedades em ações movidas pelos bancos, transformando-os em quebrados "bóias frias". Não temos dados sobre o número de execuções de agricultores no Rio Grande do Sul e de outros estados, mas se estima que em todo o Brasil, cerca de 500 mil famílias tenham sido desapropriadas e despejadas de suas propriedades. A mesma revista ainda relata que existem 700 mil processos judiciais tramitando nos fóruns de todo o Brasil contra produtores rurais. "Que triste quadro. São produtores que trabalham 40 a 50 anos para adquirir um pedaço de terra para se manter e viver com suas famílias.

Jogados ao olho da rua, sem ter para onde ir, a não ser as periferias das cidades, esses agricultores continuam a mercê dos descasos do governo que não age e nem toma conhecimento desta grave e triste situação. Apesar dos apelos e da insistência das lideranças sindicais, das federações da agricultura e da Comissão Parlamentar de Inquérito, no sentido de encontrar uma solução para o endividamento dos produtores rurais, o governo ainda não se sensibilizou e não tomou as medidas necessárias e cabíveis



"Esses agregados trabalhavam para os proprietários nas épocas de plantio, capina nas lavouras e colheita das safras."

para solucionar os problemas.

O governo deveria implantar e determinar com urgência um plano no sentido de parcelar e prorrogar as dívidas, dando prazos e condições viáveis aos produtores para que eles possam pagá-las e continuar na terra produzindo os alimentos que tanto o país necessita. Como vemos, o problema do êxodo rural é muito grave no Brasil e o responsável por esta situação é o próprio governo que não toma medidas de socorro aos agricultores em dificuldades e por não implantar uma política agrícola que dê segurança e tranqüilidade aos agricultores do País.

Reinhold Luiz Kommers é diretor secretário do Sindicato Rural Patronal de Ijuí

COOPERATIVA REGIONAL TRITÍCOLA SERRANA LTDA



Ijuí - Rua das Chácaras, 1513, Cx. Postal 111 - Ijuí/RS - Fone: PABX (055) 332-6400
Telex: 0552199 - Fax: 332-5161 CGC ICM 065/0007700 Inscr. INCRA nº 248/73 CGC MF 90.726.506/0001-75

Porto Alegre - Av. Carlos Gomes, 111 - 10º andar - CEP 90.480-000 - Fone: (051) 361-2555, Fax (051) 341-4466 - Telex 511102 CTXT

Rio Grande - Terminal Granelheiro - 4ª Seção da Barra - Distrito Industrial - CEP 96.204-000 - Fone (0532) 34-1500 - Telex 531120 - Fax (0532) 34.1500

Dom Pedrito - BR 293 - Km 237 - CEP 96450-000 - Fone (0532) 43-10-02 - Telex 532362 CRTS - Fax (0532) 43-14-85

SUBSIDIÁRIAS

- Cotriexport Cia. de Comércio Internacional

Av. Carlos Gomes, 111 - 10º andar - CEP 90480-000 - Fone (051) 361-2555 - Fax (051) 341-4466

- Cotriexport Corretora de Seguros Ltda.
Ijuí - Rua das Chácaras, 1513 - Cx. Postal 111 - CEP 98700-000 - Fone (055) 332-3765 - Fax (055) 332-5161

- Cotridata - Processamento de Dados Ltda.

Rua das Chácaras, 1513, Cx. Postal 111 - Ijuí/RS - Fone: PABX (055) 332-6400 - Telex: 0552199 - Fax (055) 332-5161

- Transcooper - Serviços de Transportes Ltda.

Avenida Porto Alegre, 668 - CEP 98700-000 - Fone (055) 332-3065 - Telex 552212 TSCO - Fax (055) 332-3065

ADMINISTRAÇÃO DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente

Ruben Ilgenfritz da Silva

1º Vice-presidente

Euclides Casagrande

2º Vice-presidente

Celso Bolívar Sperotto

Conselho de Administração (Efetivos)

Juarez Padilha, Claudivan Rohenkohl, Valdir Domingos Zardin, Luís Ottonelli, Jorge Alberto Sperotto, Hélio Antônio Weber, Braulio Martins Rocha, Ruben Marcos Fiad Bressan, Anselmo Garcia da Rocha e José Antônio Peterle

Suplentes:

Jorge Conceição, Romélio Marcks, Nilto Irineo Gottens, Dair Fischer, Jaques Della Flora, Nirson Fritzen, Luiz Fernando Low, Ezio Barzotto e Enor Camiel

Conselho Fiscal (Efetivos)

Rudy Arno Bonmann, Carlos D. Poletto e Oswino Bartsch

Suplentes:

João Santos da Luz, José Jorge Rieth de Oliveira e Paulo Dalmaso

CAPACIDADE DE ARMAZENAGEM

Regional Pioneira	584.800 t
Rio Grande	220.000 t
Dom Pedrito	91.000 t
Total	895.800 t

COTRIJORNAL

Associado da ABERJE

Órgão de circulação ao quadro social, autoridades, universidades e técnicos do setor, no país e exterior.

REDAÇÃO

Dária C. L. de Brum Lucchese, editora;

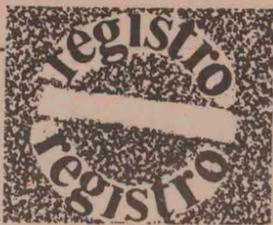
Carmem Rejane Pereira

REVISOR

Sérgio Corrêa

- Impressão na Zero Hora - Porto Alegre

AGROINDÚSTRIA DE CEREAIS



Valorizando a produção regional

Utilizando a melhor tecnologia do gênero, a agroindústria tem uma previsão de faturamento anual de 24 milhões de dólares

Um investimento para agregar valor e sustentado pelas culturas prioritárias para a viabilização do sistema produtivo regional. Esse objetivo que norteia o projeto da agroindústria de cereais da Cotrijú foi apresentado a um grupo de pessoas ligadas a diversas entidades e instituições de Ijuí no dia três de agosto. A visita envolveu as instituições que faziam parte do grupo que buscava a "Retomada do Desenvolvimento", formado para impulsionar o crescimento do município há mais de dez anos.

Entre os convidados estiveram representantes da Associação Comercial e Industrial, Hospital de Caridade de Ijuí, Unijuí, Prefeitura Municipal, agências publicitárias e imprensa local e regional. Os visitantes foram recepcionados pelo primeiro e segundo vices-presidentes da Cotrijú, Euclides Casagrande e Celso Sperotto, o diretor superintendente, Telmo Frantz e o gerente da agroindústria, Robin Bahr.

Num primeiro momento foi colocado ao grupo o redirecionamento que a Cotrijú tem dado às suas atividades, a fim de cumprir o seu desafio de fazer da instituição um meio de viabilizar o produtor. Neste sentido, o Programa da Década desenvolvido em par-



Representantes de entidades e instituições de Ijuí conheceram a agroindústria

ceria com os municípios da região vem dar o suporte técnico através dos seus projetos elaborados a partir de um programa de ocupação racional do solo e complementados por empreendimentos como a agroindústria de cereais, resultante de um investimento de 12 milhões de dólares.

A agroindústria é formada por duas unidades de beneficiamento - uma de aveia e cevada e outra de milho. A primeira já em funcionamento e com capacidade para processar 10 mil toneladas por ano está colocando no mercado farinha e flocos de aveia, duas modalidades entre os 22 produtos que podem ser beneficiados nas suas instalações, além do subproduto utilizado na Fá-

brica de Rações da Cotrijú. A unidade de milho, por sua vez, tem capacidade de beneficiar 45 mil toneladas por ano e está em fase de ajustes finais.

O mesmo roteiro de visita à agroindústria foi realizado por um outro grupo no dia 16 de agosto. Professores de 1º e 2º graus ligados a 36ª Delegacia de Educação e pertencentes às disciplinas técnicas estiveram reunidos com a direção da Cotrijú e também visitaram as instalações da unidade de aveia e cevada. No dia 18 de agosto, também os funcionários da unidade da Cotrijú em Tenente Portela conheceram o fluxograma e as instalações da agroindústria.

SINDICATO RURAL

Curso de aperfeiçoamento

Um curso sobre Manutenção e Operação de Tratores, promovido pelo Sindicato Rural de Ijuí e ministrado pelo Serviço de Aprendizagem Rural do Estado, o Senar, envolveu 15 produtores, filhos de produtores e empregados rurais de Ijuí, Jóia, Entre-Ijuí, Coronel Barros e Augusto Pestana. Este é o segundo curso do gênero promovido em Ijuí, para a comunidade rural regional, pelo SR. O primeiro ocorreu em março - Manutenção e Operação de Automotrizes - e teve o apoio da Cotrijú.

Com cinco dias de duração, este segundo curso aconteceu no final de junho, na Escola Fazenda Imeab e contou com a colaboração da Regional Máquinas Agrícolas e Ijuí Tratores. Satisfeito com os resultados e com a procura, o presidente do SRI, Egon Eickhoff já está programando a realização de novos cursos de aperfeiçoamento ao homem rural. "O trabalhador rural está buscando o aperfeiçoamento naquilo que sabe fazer", diz entusiasmado e considerando como fundamental o apoio dado pelos grangeiros para este tipo de aprendizagem.

APERFEIÇOAMENTO - O Curso de Manutenção e Operação de Tratores foi ministrado pelo técnico em agropecuária contratado pelo Senar/Porto Alegre, Renato Santi, sem qualquer custo aos participantes. "O grande objetivo de cursos desta natureza é o de aperfeiçoar a mão-de-obra dos diversos setores que compõe o complexo agropecuário", disse, explicando que este tipo de curso faz parte do Programa de Otimização da Formação Profissional.

O Senar é mantido através das contribuições mensais feitas pelos empregadores rurais. Essa contribuição é de 2,5 por cento sobre o salário pago ao empregado. O empregador rural destina ainda mais 0,1 por cento sobre a produção comercializada.

COTRIJÚ

Aprimoramento empresarial

Ao longo dos últimos anos a Cotrijú tem procurado aprimorar a sua prática gerencial visando uma maior eficiência e eficácia nos seus resultados. Neste processo, buscou trabalhar com o essencial e o racional, tentando absorver novas tecnologias administrativas predominantes no mercado, como as terceirizações e parcerias. Afinal, a economia mundial espera hoje de qualquer organização, velocidade nas decisões e estruturas enxutas que ofereçam produtos e serviços de qualidade com preços compatíveis, levando a um acompanhamento permanente e adequação dos componentes do seu custo de produção.

Com essa preocupação, a cooperativa já está desenvolvendo novos conceitos de gerenciamento que beneficiem diretamente as áreas de produção e administrativa na unidade industrial-Frigorífico de São Luiz Gonzaga. Para isso foi contratada a empresa de consultoria em produtividade, de São Paulo, a ABS Ltda. A empresa de consultoria já realizou trabalho semelhante na Sudcoop e Cosuel e iniciou as suas atividades na Cotrijú em abril, devendo encerrá-las agora em setembro.

Para desenvolver os novos conceitos de gerenciamento, a ABS utiliza o sistema PERA. O sistema se baseia em metodologia de identificação e quantificação de problemas e soluções, envolvendo todos os funcionários e se orientando por quatro pontos - planejamento, execução, relatório e avaliação. Paralelamente a implantação do sistema gerencial, a ABS também ministra seções de treinamento para todos os níveis de chefia e funcionários, a fim de ampliar a visão empresarial do quadro administrativo e de produção.

Para dar continuidade a esse novo ambiente organizacional, a empresa prepara ainda alguns funcionários encarregados de acompanhar e incentivar a permanência do novo sistema. A equipe da ABS na Cotrijú é formada pelo diretor Durval Herbst Jr., o gerente de operações, Franklin Plazzio, o gerente de treinamento, Euclides Mostilla e o coordenador da instalação, Marcio Bittar.

COTRIJÚ

A visita do embaixador...

As comemorações pelos 170 anos de imigração alemã no Brasil proporcionaram visitantes importantes a Ijuí, no âmbito cultural e no que diz respeito ao desenvolvimento de projetos técnico-científicos realizados em parceria. Nos dias 19 e 20 de julho, o embaixador da Alemanha no Brasil, Herbert Limmer e mais o cônsul alemão no Rio Grande do Sul, Alex Gutmann estiveram no município, atendendo convite feito pelo Centro Cultural 25 de Julho. No dia 20 de julho, os dois diplomatas estiveram na Cotrijú onde foram recebidos pelo presidente Ruben Ilgenfritz da Silva, os 1º e 2º vices-presidentes Euclides Casagrande e Celso Sperotto e o diretor-superintendente Telmo Frantz.

O grupo de visitantes formado ainda pelo prefeito de Ijuí, Gerson Ferreira, o reitor da Unijuí, Walter Frantz, o secretário do Conselho Regional de Desenvolvimento do Noroeste Colonial, Paulo Frizzo e o prefeito de Panambi, Miguel Schmitt-Prym, entre outros, ouviram uma explanação sobre o Programa da Década e tiveram a oportunidade de conhecer a agroindústria de cereais da Cotrijú. Cumprindo extensa agenda pelo município, o embaixador Herbert Limmer visitou o Hospital de Caridade de Ijuí, foi homenageado pelo Centro Cultural 25 de Julho e proferiu palestra na Unijuí, a qual mantém sistema de parceria com entidades privadas e fundações alemãs há vários anos.



O embaixador Herbert Limmer entre Ruben Ilgenfritz e Walter Frantz

...e dos prefeitos alemães

A mesma comemoração aos 170 anos da imigração alemã no Brasil trouxe também a Ijuí, nos dias três e quatro de agosto, um grupo de alemães do estado de Rheinland Pfalz. Entre eles o prefeito de Kastellun, Fritz Frey, o prefeito de Simmern, Hans Peter Bungenstab e a coordenadora de intercâmbio Brasil-Alemanha, Sieglin de Faller-Venter. Depois de passar por Porto Alegre, São Leopoldo, Santa Cruz e outras cidades, os visitantes, que aproveitaram o roteiro de grupos de dança folclórico alemães, chegaram a Ijuí onde foram homenageados pelo Centro Cultural 25 de Julho, e entre outras entidades e instituições visitaram a Cotrijú, no dia quatro de agosto. O grupo foi recebido pelo primeiro vice-presidente da Cotrijú, Euclides Casagrande que relatou a história da cooperativa e suas principais atividades de produção.



O grupo de alemães em visita a Cotrijú

3ª Festa da Laranja

Acontece em Ijuí em 10 e 11 de setembro, a 3ª Festa da Laranja. A promoção é da comunidade de Vila Santana, localizada no km 6 da RS-155. Além de muitos festejos realizados em preparação a data oficial, o evento vai proporcionar ainda uma palestra sobre "Tratamento Fitossanitário em Citros", no dia seis de setembro às 14 horas. A palestra será ministrada pelo engenheiro agrônomo João Becker, da Cotrisa de Santo Ângelo tendo como local a Sociedade Instrutiva e Recreativa Santana e é dirigida a viveiristas, técnicos, produtores e estudantes.

**SEMINÁRIO
ESTADUAL DE
MUNICIPALIZAÇÃO
DA AGRICULTURA**



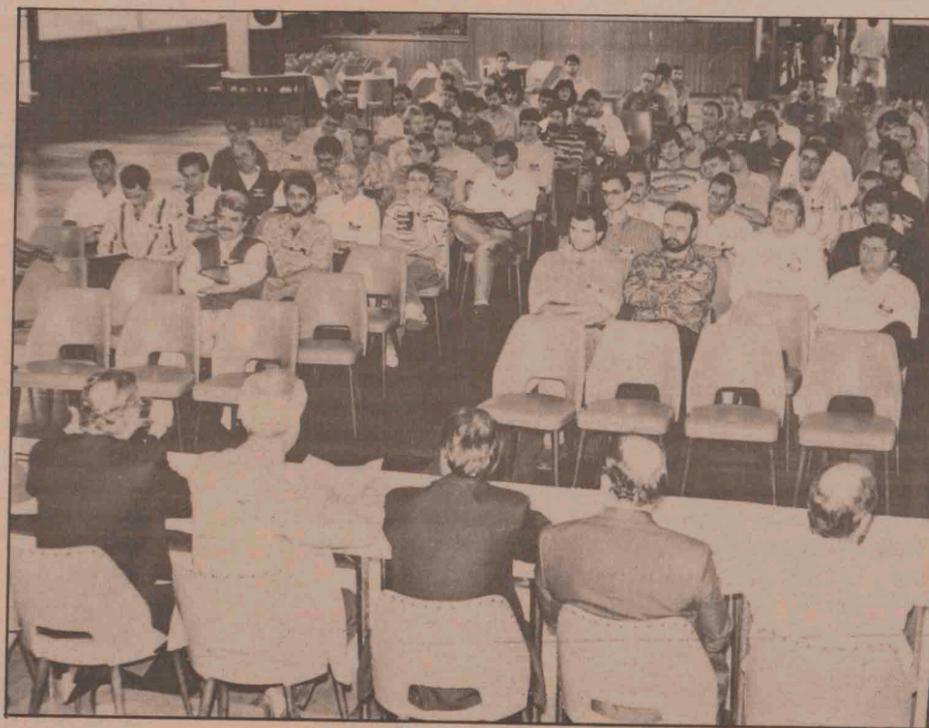
Desenvolvimento "de baixo para cima"

Buscar uma proposta de municipalização da agricultura que atenda os interesses do produtor e da sociedade em que ele está inserido. Este o objetivo do 1º Seminário Estadual de Municipalização da Agricultura realizado em Ijuí. Representantes de 67 municípios discutiram o processo de municipalização e elegeram uma comissão supra-institucional encarregada de elaborar uma proposta para o Rio Grande do Sul.

Municipalizar é aproximar problemas e soluções, através de um pleno exercício de cidadania. Essa discussão que já vem mobilizando várias regiões brasileiras, levou representantes de 67 municípios de todo o Rio Grande do Sul a se reunir em Ijuí para a realização do 1º Seminário Estadual de Municipalização da Agricultura, ocorrido nos dias 20 e 21 de julho na Sociedade Ginástica de Ijuí.

Contando com a presença do governador Alceu Collares e do secretário da Agricultura e do Abastecimento, Floriano Barbosa Isolan, o encontro foi prestigiado por prefeitos, secretários, vereadores produtores, técnicos, cooperativistas, professores, sindicalistas que atenderam ao convite feito pelos quatro promotores - a Federação das Associações dos Municípios - Famurs, o Conselho Estadual dos Secretários de Agricultura do RS - Consema, Cotrijuí e Universidade Regional de Ijuí.

DESCENTRALIZAÇÃO - De forma multidisciplinar, o 1º Seminário de Municipalização da Agricultura procurou servir como um marco na história de recuperação e valorização da agropecuária a partir de um processo de descentralização de decisões para o setor. "Buscamos aqui um modelo que atenda o interesse da produção e dos produtores, e que tenha por base um trabalho eminentemente de parceria, democrático, estabelecido de baixo para cima em todas as suas instâncias", disse na abertura do evento o presidente do Consema, Edison Franco Nunes. A sua afirmação antecipou uma idéia mostrada por palestrantes e painelistas que disseca-



Municipalização
Debate envolveu representantes de 67 municípios

ram o caráter político da municipalização e relataram experiências para o final, junto com todos os participantes, elegeram uma comissão supra-institucional encarregada de elaborar uma proposta de municipalização para o Rio Grande do Sul.

Ao lado de Edison Nunes, o vice-presidente da Famurs e prefeito de Panambi, Miguel Schmitt-Prym, manifestou o apoio da entidade na busca de um modelo de municipalização que reforce o pleno exer-

cício de cidadania. Em seguida, o prefeito de Ijuí, Gerson Ferreira também falou da necessidade urgente de promover, através da municipalização, mecanismos que melhorem a produção e evitem o êxodo rural.

O secretário da Agricultura Floriano Isolan corroborou a expectativa inicial do seminário, salientando que "não tem mais sentido manter máquinas burocratizadas na sede do governo, a não ser para fiscali-

A palavra do Betinho

O sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, também participou do 1º Seminário Estadual de Municipalização em Ijuí. Em mensagem gravada especialmente para o Seminário, Betinho chamou atenção para a Campanha contra a Fome voltada especialmente para os cerca de 32 milhões de brasileiros que vivem em estado de miserabilidade. Como podemos chegar nisso? Pergunta o sociólogo, respondendo em seguida que a situação "é fruto de uma longa história onde a produção de riqueza sempre esteve aliada a geração de miséria".

Lançada no ano passado, a Campanha contra a Fome e Pela Cidadania "tem o objetivo de mudar o que parece imutável", disse Betinho, lembrando que ela apenas começou, pois "ainda temos um país estruturado para minorias, e uma prova disso está no campo, onde existe muita concentração de terra, enquanto na cidade a maioria vive na pobreza e sem paz". A Campanha contra a Fome, portanto, passa também pela mudança da concepção sobre o uso de terra, fazendo com que ela sirva para produzir e não para especular".

Diluída numa segunda fase que defende a geração de empregos, a Campanha quer "que as pessoas se alimentem de seus salários" e para isso, segundo Betinho, é preciso que o País, a nível federal, estadual e municipal mude as suas políticas de desenvolvimento" a partir de uma nova concepção sobre o uso da terra e voltada a criação de empregos para erradicar a miséria".

zar e manter a articulação com o governo federal. Há muito tempo, falou o secretário, "estamos procurando dividir tarefas, e uma prova disso é a criação de mais de 200 secretarias de agricultura em três anos, além da experiência dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento para se obter uma melhor distribuição de recursos em todo o Estado". Como Isolan, também o governador Alceu Collares, que participou do segundo dia do Seminário, preferiu abordar a questão pelo fortalecimento dos Conselhos Regionais, dizendo inclusive que eles podem ser o canal decisório para buscar maiores recursos para a municipalização.

Apresentando uma análise teórica sobre o debate, o reitor da Unijuí e presidente do Fórum dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, Walter Frantz, abordou o painel "O Estado como Formulador de Políticas de Desenvolvimento Agropecuário". Assessorado pelo professor da Unijuí, Almir Limana, destacou que o Estado Brasileiro não surgiu como uma conquista da população, para processar suas demandas, mas sim criado por uma elite. Com este entendimento, discutiu que a municipalização e a regionalização, através da criação de conselhos regionais e municipais, podem ser vistas como uma retomada, onde instituições e cidadãos se envolvam na formulação de políticas e assim podem encaminhar soluções para as chamadas crises econômicas e sociais.

PROGRAMA DA DÉCADA

Um caminho para viabilizar o produtor

Como agricultores queremos deixar de ser objetos para sermos sujeitos no processo de produção. A afirmação é do presidente da Cotrijuí, Ruben Ilgenfritz da Silva, ao participar do painel "O desenvolvimento da agropecuária como necessidade sócio-econômica", apresentado em conjunto com o ex-chefe da Secretaria da Administração Estratégica da Embrapa, José de Souza Silva e coordenado pelo superintendente da Cotrijuí, Telmo Frantz.

Para Ruben Ilgenfritz, a troca de posições no processo produtivo acontece na medida em que "procuramos abandonar a postura reivindicatória para assumir a cultura do propor". E fizemos isso, "justamente porque queremos viver bem em coletividade", observou Ilgenfritz, traduzindo esta intenção da Cotrijuí pelo lançamento do Programa da Década, em 1991. Resultante de uma reflexão profunda sobre a estagnação econômica regional, provocada em grande parte pela longa exploração da terra em monocultura aliada a escassez de recursos para agricultura em nível nacional, o Programa da Década pre-

tende a reestruturação do sistema produtivo, através de inúmeros projetos pelo programa de ocupação racional do solo, pela verticalização da produção e desencadeados em parceria regional.

RECEPTIVIDADE - Segundo o presidente da Cotrijuí, essa nova postura foi importante também para o funcionamento do Conselho Regional de Desenvolvimento do Noroeste Colonial. "Na verdade, a parceria aqui estava pronta, só não sabíamos como ela poderia ser operacionalizada", avaliou ainda Ilgenfritz, enfatizando que para isso contribuiu o estabelecimento da conservação e recuperação do solo como prioridade e a definição do município, como grande parceiro, de forma "a fazermos a nossa emancipação com a maior rapidez possível". A estratégia tem dado certo, confirmou Ilgenfritz, citando a criação de secretarias de agricultura, conselhos municipais e em número menor dos fundos rotativos de financiamento municipais, além da organização do trabalho em microbacias hidrográficas como meio de viabilizar o setor produtivo.

Sustentando por essa parceira, o presidente da Cotrijuí acredita que a região ganha coragem inclusive para questionar os poderes maiores, seja a nível de investimentos como a criação de duas filiais da Ceasa tão próximas, uma em Ijuí e outra em Santo Ângelo, como na mudança na estrutura de cálculo do ICM, que privilegia os municípios industrializados.

Precisamos valorizar o negócio agropecuário e ter orgulho de sermos produtores, finalizou o presidente da Cotrijuí, lembrando que a realização do Seminário já é uma prova da disposição regional. Porém, "se temos como dois grandes objetivos a produção de alimentos para todos e a fixação do homem na terra, é fundamental que se conte com uma estrutura organizacional no prazo mais curto possível", frisou apontando ainda a necessidade de uma legislação municipal voltada efetivamente aos interesses da agricultura, entre outros aspectos que venham a contribuir para a construção de um país de baixo para cima, onde os municípios saibam se assumir e determinar em parceria com o Estado o que é melhor para eles.

Uma nova visão da agricultura

Um caminho para mudar conceitos e instalar uma nova prática política em um setor estratégico no desenvolvimento do país. Esse o pensamento do painelistista José de Souza Silva ao falar sobre a ótica contemporânea de agricultura e a municipalização como tendência mundial

"A municipalização visa reverter a lógica de desenvolvimento sócio-econômico no país". Com esta frase o sociólogo José de Souza Silva, consultor em Desenvolvimento de Estratégias no Brasil, América Latina e Caribe, abriu o primeiro painel do Seminário Estadual de Municipalização em Ijuí, fazendo uma das mais brilhantes explanações segundo os participantes do evento.

Segundo o painelistista, o Rio Grande do Sul já deu muitos exemplos positivos para o Brasil, tendo agora a chance de se tornar uma referência na municipalização da agricultura. Um processo que, no seu entendimento, envolve mudança de mentalidade e de prática política. "Embora muitos teóricos teimem em fazer acreditar que o Brasil é um país urbano - e com isso reduzindo a importância da agricultura - ele continua mais do que nunca dependente do desempenho do setor primário", afirmou, lembrando que "quanto mais urbana se torna a população, mais cresce a responsabilidade e a importância da agricultura".

SEGURANÇA ALIMENTAR - Para justificar a sua afirmação, o sociólogo retomou a própria história da humanidade - a qual é impossível de ser contada sem a história da agricultura - quando o homem, deixando de ser nômade, construiu o primeiro projeto de segurança alimentar configurado pelas dimensões de produzir e de gerar excedentes. De lá para cá, esse conceito de segurança alimentar se reforçou com o desenvolvimento da ciência e tecnologia mas ganhou uma dimensão fundamental: a distributiva, pela qual a agricultura adquire a função de garantir o acesso da população ao alimento produzido, ou seja, garantir uma necessidade, um direito de todo ser vivo em todo o planeta.

Para o ex-secretário da Embrapa, é a partir deste contexto que a agricultura precisa ser avaliada. "Um dos maiores entraves para

a solução da crise econômica nacional é a redução de espaço estratégico ocupado pela agricultura por parte daqueles que manipulam as políticas globais, não permitindo que a sociedade civil utilize o setor para a resolução dos seus problemas mais urgentes", disse José de Souza Silva levando a questão para uma situação mundial marcada por mudanças a nível ambiental, social, ideológico, tecnológico, institucional. Nesse momento, "encontramos uma encruzilhada feita por duas correntes, uma que desvaloriza a agricultura e outra emergente, que procura resgatar a sua importância, a partir da conscientização de que o urbano e o rural são duas faces de uma mesma moeda no desenvolvimento de um município ou de uma nação".

MUDANÇA CONCEITUAL - Chegando ao cerne do assunto, José de Souza Silva afirmou que a municipalização é um mecanismo para fortalecer a segunda corrente, na medida em que pode ampliar conceitos, mudar mentalidades e criar uma nova prática política. E a primeira mudança conceitual é em relação a participação da agricultura na economia. A teoria tradicional tem auferido uma participação da agricultura no Produto Interno Bruto brasileiro de apenas 7 a 10 por cento, reduzindo-a exclusivamente ao que acontece dentro da propriedade, ao invés de avaliar o negócio agrícola em toda a sua extensão: o conjunto das atividades praticadas antes - industrialização de máquinas e insumos -, dentro - produção na lavoura - e depois pela industrialização do produto originado na propriedade.

Agricultura, portanto, ressaltou o sociólogo, não é apenas plantar soja, é sim fomento, produção, transformação, transporte e comercialização. Um negócio, tão vasto, seguiu explicando José de Souza Silva, que participa na verdade com mais de 35 por cento sobre o PIB, ocupa 41 por cento



José de Souza Silva ao lado de Telmo Frantz e Ruben Ilgenfritz

da população economicamente ativa, representa 48 por cento das exportações, 50 por cento da frota de caminhões, 68 por cento das despesas familiares. Além disso, o negócio agrícola é o setor que apresenta maior grau de encadeamento com outros setores, maior resposta ao investimento e menor exigência de capital por índice de retorno.

Mesmo diante desses dados, os teóricos tradicionais continuam teimando em mascarar até as funções reais da agricultura, afirmou o sociólogo. Fazendo um paralelo entre as funções tradicionais e contemporâneas, mostrou que pelo lado reducionista a agricultura se destina ao abastecimento, fornecimento de mão-de-obra e para financiar o desenvolvimento de outros setores, enquanto pelo lado atual ela é mola propulsora de um programa de segurança alimentar, amparado por uma política de distribuição de renda que torne o mercado interno viável. Com essa política, a agricultura assume uma função de geradora de empregos produtivos, de renda de base sustentada, servindo em consequência para diminuir desigualdades regionais, migrações, gerar divisas e por fim contribuir decisivamente para a retomada do crescimento econômico.

Conselho, a referência política

Se a municipalização pode trazer a valorização da agropecuária, como ela vai se manter? Qual é a sua base de sustentação? Para José de Souza Silva, essas respostas estão contidas em um trabalho de pesquisa realizado pela Embrapa e que apontam as tendências para o setor agropecuário no ano 2010. E uma destas tendências é justamente a municipalização, disse o sociólogo, "como resultado de uma reversão no processo decisório da estrutura federativa, colocando o município como uma unidade política de planejamento".

A reversão, segundo o sociólogo, se desenha principalmente em função do "vácuo de definições na instância federal", levando a uma crise do modelo nacional de desenvolvimento. "E as instituições que não reconhecerem essa mudança, alertou, não serão reconhecidas pela sociedade num futuro próximo".

Tendência que se fortalece de forma rápida, a mudança na estrutura decisória, surpreende estados e municípios que não tiveram tempo para se organizar, se capacitar e praticar a municipalização. A experiência brasileira, por isso, "tem apresentado mais exemplos de prefeiturização do que de municipalização", destacou José de Souza

Silva, fazendo a diferença fundamental entre os dois modelos. No primeiro, explica, o protagonista é sempre o prefeito que acaba ganhando mais poder do que o formal, enquanto no segundo, o protagonista são os segmentos sociais organizados, rurais e urbanos.

PIONEIRISMO - Longe de ser um desalento, "a luta contra a prefeiturização é um preço pago pelo pioneirismo", considerou o painelistista chamando a atenção para a oportunidade que o Estado tem em implantar aqui a base efetiva da municipalização. Para tanto apontou também o caminho operacional da municipalização através de três instâncias: a existência de uma secretaria de agricultura, a criação de um programa municipal de agricultura e antes de mais nada a criação de um conselho municipal, que sendo efetivamente representativo é a grande referência política da municipalização.

Todos esses mecanismos, entretanto, só vão funcionar caso as instituições que participem do processo de municipalização atuem em parceria. E aqui, mais uma vez o sociólogo faz questão de caracterizar a essência da ação, dizendo que em nenhum

momento a parceria pode ser confundida com aliança. Parceria, disse, é "compromisso de longo prazo entre sócios igualitários que, embora tenham independência política e administrativa possuem convergência de interesses e objetivos". Aliança por outro lado, "é uma união por conveniência, de curto prazo, e acontece até mesmo entre inimigos".

Inerente ao processo de municipalização, a parceria também ganhou terreno nos últimos anos devido "a erosão da base de sustentação institucional que vigorou na década de 70". Nessa época, assinalou o sociólogo, "caracterizada pelo excesso de autoridade e arrogância institucional, abundância de recursos financeiros e ausência de pressões organizadas sobre o setor público, ocorria a falsa sensação de independência institucional que premiava a centralização". Hoje a situação é outra. A escassez de recursos financeiros, da sensibilidade gerencial, o crescimento das pressões sociais, entre vários outros aspectos, faz com que qualquer instituição que permaneça isolada se torne vulnerável, demarcando portanto, uma tendência mundial para a descentralização de ações e integração horizontal entre as instituições.

Macrozoneamento Agroecológico

Melhor aproveitamento das áreas agricultáveis de acordo com a sua vocação, o seu clima e solo, visando no final uma maior produtividade das culturas e maior rendimento agrícola. Esse em síntese a justificativa do Programa de Macrozoneamento Agroecológico e Econômico do Rio Grande do Sul, lançado pelo governador Alceu Collares e o secretário de Agricultura e do Abastecimento Floriano Barbosa Isolan durante o 1º Seminário Estadual de Municipalização da Agricultura em Ijuí.

Quem fez a exposição do Programa de Macrozoneamento Agroecológico foi o pesquisador da Embrapa, Jaime Ricardo T. Maluf. A Embrapa, juntamente com a Secretaria de Agricultura, elaborou o programa solicitado pelo governo estadual, tendo ainda como entidades de apoio a Ceasa, IBGE, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Fepagro, Metroplan e Emater.

PLANEJAMENTO - Elaborado para culturas de consumo básico - especificamente 20 culturas, como soja, milho, hortigranjeiros, entre outros -, o programa, segundo Jaime Maluf, nada mais é do que uma ferramenta de trabalho confeccionada através da "delimitação de áreas biofísicas potencialmente aptas às culturas agrícolas". A essência do trabalho é justamente identificar os melhores espaços, as melhores áreas cujas culturas tenham capacidade para realizar todo o seu potencial produtivo, reforçou o pesquisador salientando a abrangência do programa. Conforme detalhou Maluf, ele envolve o zoneamento agroclimático e regiões agroecológicas, regionalização das espécies florestais e regiões ecoclimáticas, unidades de conservação, de armazenamento e de abastecimento do Estado, manejo e conservação dos solos para controle de erosão e a estrutura fundiária do Rio Grande do Sul.

Com este instrumento, frisou por fim o pesquisador, "governo, empresários, cooperativas, missões internacionais e lideranças sindicais considerando a demanda dos conselhos regionais de desenvolvimento, produtores e mercados, podem realizar um planejamento estratégico de desenvolvimento, sabendo com segurança onde fazer os maiores investimentos em tecnologia, infraestrutura, bens de produção e projetos de desenvolvimento".

SEMINÁRIO
ESTADUAL DE
MUNICIPALIZAÇÃO
DA AGRICULTURA



Parceria institucional é fundamental

Representantes da Epagri e Emater do Paraná afirmam que, para dar certo, a municipalização precisa contar com a efetiva parceria institucional entre o município, estado e união

A experiência brasileira em municipalização da agricultura tem mostrado que o processo exige uma base operacional e política claras e determinadas. "A municipalização exige uma parceria sólida entre todas as instituições, sejam elas, municipais, estaduais ou federais", disse o secretário da Agricultura e do Abastecimento do Rio Grande do Sul, Floriano Barbosa Isolan, que participou do painel "Municipalização na Região Sul - Problemas e Oportunidades", juntamente com o consultor da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão Tecnológica de Santa Catarina - Epagri, Glauco Olinger e o coordenador da Comissão de Municipalização da Agricultura da Emater do Paraná, Airton Luis Empinotti.

A referência de Floriano Isolan serviu para que os demais painelistas especificassem as condições indispensáveis para a municipalização a partir das experiências avaliadas nos últimos anos. O Paraná desenvolveu várias experiências em municipalização, relatou Empinotti, contando que a mais longa se deu no município de Guarapuava. Iniciado em 1978, o processo durou 12 anos, mas se caracterizou essencialmente como uma prefeiturização devido a marca partidária e o clientelismo político. Também na área de saúde e da educação, as experiências não avançaram em razão da forte preocupação do governo estadual em apenas transferir responsabilidade para o município.

As experiências preliminares, segundo Empinotti, levaram o governo estadual a revisar a legislação buscando tratar a

questão como um processo coletivo e primando por mecanismos como Conselho Municipal de Desenvolvimento Agrícola e a elaboração de um Plano Municipal. Segundo o pesquisador, com esta estrutura legal que envolve o poder legislativo e o poder executivo através de leis orgânicas municipais, 47 por cento dos municípios do Paraná tem instituições interligadas em ações no setor primário, 43 por cento estão ainda em situação precária e 10 por cento se encontram em situação tradicional, desarticuladas. A dificuldade maior ainda nesse processo é a falta de compreensão do papel das instituições, concluiu o pesquisador da Emater.

PASSOS OBRIGATÓRIOS - O consultor da Epagri, Glauco Olinger, foi um pouco mais longe ao avaliar as primeiras experiências em municipalização, explicando a partir delas os passos obrigatórios a serem cumpridos. Certo de que a maior parcela de responsabilidade na elaboração de um plano da agricultura cabe ao município, salientou, entretanto, que a municipalização somente se efetua, "com o esforço comum entre pessoas, instituições públicas e privadas com atuação no município". O que se quer, complementou, "é que a partir da realidade municipal se decida em parceria as políticas do Estado e da própria nação para a agricultura".

Partindo dessa definição, Olinger enumerou todos os passos previstos pela municipalização começando pelo plano, o qual deve ter estabelecido suas metas, cronograma, sistema de acompanhamento e de avaliação e a definição dos recursos

humanos, financeiros e materiais com fonte de origem. Do conselho, Olinger disse que deve ser integrado pelo representante da prefeitura - no caso o secretário de agricultura -, Câmara de Vereadores, instituições públicas e privadas lotadas no município, associações e sindicatos de agricultores ou trabalhadores rurais, e comunidades rurais. Estes últimos integrantes, como beneficiários diretos do processo não podem ter nunca uma representação inferior a 50 por cento no conselho, "sob pena de se tornar ilegítimo", ressaltou.

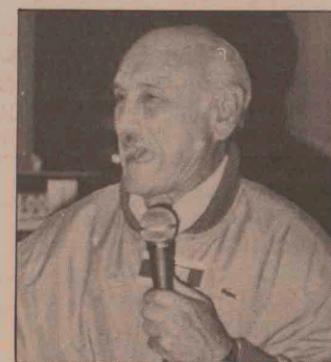
O pesquisador da Epagri detalhou ainda a missão do conselho, que, entre outros pontos, deve definir, debater, analisar e acompanhar a execução dos programas existentes. Chamou atenção também para a responsabilidade do estado "mediante ajuste com prefeituras no que diz respeito a seleção, capacitação e aperfeiçoamento profissional dos técnicos, já que é raro, para não dizer impossível, que o município tenha condições de abraçar este serviço.

Depois de apresentar todos estes condicionantes, Olinger fixou-se ainda em



Airton Luis Empinotti

Municipalização não pode ser somente transferência de responsabilidade



Glauco Olinger
Realidade municipal deve influir na política agrícola nacional

discutir o funcionamento do conselho, a necessidade de treinamento dos seus integrantes, advertiu quanto ao risco do proselitismo político partidário e falou sobre o perfil do prefeito. "O sucesso da municipalização depende profundamente do perfil do prefeito, o qual deve se caracterizar como um homem de Estado que está ali para servir o município", finalizou.

Integração, a primeira etapa

Há muito tempo discutindo a questão da municipalização, o Consema, segundo o secretário de Agricultura de Lageado e ex-presidente da entidade, Paulo Steiner, acredita que o processo é uma realidade iminente. Posição, declarou, defendida também pela Famurs - que atua em consonância com o Consema, e referendada em encontro nacional dos secretários de agricultura realizado em Foz de Iguaçu em maio deste ano, além de todas as outras entidades promotoras do Seminário Estadual de Ijuí.

A sua argumentação foi feita durante a palestra "O Consema e a Primeira Etapa de Municipalização", ocorrida no segundo dia do evento. De acordo com o ex-presidente do Consema, a municipalização depende hoje muito mais da vontade política e da organização das instituições ligadas ao setor primário do que de recursos, até porque, a agricultura, diferente de outras áreas não tem recursos disponíveis pelo governo federal.

"Se há consenso, considerou Steiner, por parte de entidades representativas do setor primário sobre a importância do "Agrobusiness" na economia nacional - aproximadamente 40 por cento do PIB, ou seja, cerca de 13 bilhões de dólares - é



Paulo Steiner

recomendável que se parta para a integração de forças em nível estadual, regional e municipal. Uma integração que começa pela criação de uma secretaria de agricultura forte, que atue como uma embaixada do meio rural, cuidando de infra-estrutura, educação, saúde, assistência social e habitação. Além da secretaria citou a formação do conselho e do plano municipal de agropecuária, aprovado pelo Consema.

Como segunda etapa do processo de municipalização, o secretário municipal de Lageado fala em recursos através da criação de um Fundo Rotativo de Desenvolvimento Agropecuário, cujas fontes seriam os orçamentos municipais, mas também os estaduais através da arrecadação em ICMS que fica com o Estado e mais uma parte oriunda do orçamento da união.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 080 ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

O presidente da COOPERATIVA REGIONAL TRITÍCOLA SERRANA LTDA., no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 29 do Estatuto Social, convoca para Assembléia Geral Ordinária, Representantes e Associados aptos a votarem para cumprimento do disposto nos incisos I e II e alíneas do Artigo 23, a ser instalada no dia 13 de setembro de 1994, na sede da Associação dos Funcionários da COTRIJUI - AFUCOTRI, sito na Linha 3 Oeste, em Ijuí-RS, em primeira convocação às 12:00 horas, com a presença de, no mínimo, 2/3 (dois terços); ou em segunda convocação às 13:00 horas, com a presença de, no mínimo, metade mais um; ou em terceira e última convocação às 14:00 horas, com a presença de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos Representantes eleitos, no mesmo dia e local para deliberarem sobre a seguinte

ORDEM DO DIA

- 1 - Apreciação, discussão e votação do Relatório da Diretoria, Balanço, Demonstrativo de Sobras e Perdas, Parecer do Conselho Fiscal e demais documentos relativos ao exercício encerrado em 30 de junho de 1994;
- 2 - Destinação do Resultado do exercício;
- 3 - Autorização da Assembléia Geral ao Conselho de Administração, com validade até a próxima Assembléia Geral Ordinária, para adquirir, alienar ou onerar bens imóveis e para firmarem com qualquer estabelecimento bancário oficial, particular ou economia mista, contratos de financiamentos com garantia patrimonial, nos termos da alínea "a" e "b" do inciso VI, do Artigo 28;
- 4 - Ratificação da Assembléia Geral da decisão do Conselho de Administração quanto à compra e/ou venda de imóveis;
- 5 - Assuntos de interesse social.

NOTA I - Para efeitos de "quorum" declara-se que o número de representantes eleitos é de 71 (setenta e um) e o de associados aptos a votar é de 9.432.

Ijuí (RS), 16 de agosto de 1994.

Rubens
RUBEN ILGENFRITZ DA SILVA
PRESIDENTE

Alternativa para sair da estagnação

Ocupação racional do solo, agroindustrialização e organização do produtor. Os três temas dominaram o último painel encarregado de apresentar "Alternativas Técnicas e Viabilização Econômica para a Agricultura Gaúcha"

O engenheiro agrônomo Rivaldo Dhein, da Novatec - Consultoria e Assistência Técnica na Agricultura Ltda., abriu o painel fazendo uma abordagem da produção agropecuária no Estado. Ele mostrou através de análise comparativa dos rendimentos das principais culturas, por quinquênio, que, a partir da década de 70, houve uma estagnação da produtividade da lavoura gaúcha. Apenas o arroz e o trigo, e também o milho em menor escala, registraram aumento de produtividade nos últimos três anos.

"A baixa produtividade conduz a um círculo vicioso em que o produtor, produzindo pouco, perde interesse e a capacidade de investimento, descuidando-se da recuperação e melhoramento da fertilidade do solo, declinando ainda mais a produtividade total", observou o agrônomo.

Para reverter o quadro de estagnação da agricultura, em relação a produtividade das principais culturas, é preciso apenas investir prioritariamente e trabalhar na racionalização do uso do solo, disse Rivaldo. "A solução da lavoura não depende de tecnologias novas e caras e sim do correto uso, manejo e conservação do solo, complementada pela simples adoção das modernas tecnologias de produção já disponíveis e amplamente reconhecidas", reforçou.

NO LUGAR CERTO - Essa visão já contemplada no Programa da Década da Cotrijuí, levou ao surgimento de uma proposta de redistribuição do uso do solo na região. "A proposta sugere simplesmente a colocação das culturas certas sobre os solos apropriados e proporcionando a rotação de culturas", resumiu Rivaldo, que também foi co-autor do Programa da Década.

Para dar uma idéia mais precisa sobre os benefícios da redistribuição do uso do solo, Rivaldo citou como exemplo o município de Ijuí que cultiva hoje 53 mil hectares com soja e milho no verão. Entretanto, de acordo com a classificação dos solos, segundo a sua capacidade de uso e descontadas as áreas destinadas a outros fins, o município disporia de menos de 45 mil hectares adequados à agricultura comercial anual, intensiva e mecanizada.

"A expansão da lavoura em áreas inadequadas acaba interferindo negativamente sobre a produtividade e os custos de produção, e certamente compromete o re-

sultado econômico da atividade agropecuária, avaliou o agrônomo. Para comprovar isso, tomou por base as médias de produtividade atingidas pelas principais culturas da região e de acordo com três grupos de produtores, conforme se verifica na tabela número 1. Por ali, se observa que os resultados poderiam ser diferentes. Se ocorresse uma redução de oito mil hectares entre soja e milho e fosse praticada a rotação de culturas mínima recomendada - dois anos de soja mais um de milho - a produtividade geral poderia se elevar ao nível médio atingido pelos produtores que colhem acima da média do município.

Somente com este acréscimo, considerou Rivaldo, a produção de milho mais soja no município seria elevada de 110 mil e 800 toneladas para 165 mil toneladas. Projetando ainda uma redução de apenas 10 por cento nos custos de produção por hectare, "chegaríamos a uma economia total de mais de dois milhões de dólares ao ano e com um aumento no resultado líquido final de mais de seis milhões de dólares conforme demonstra a tabela número 2.

ORGANIZAÇÃO - O painalista Celso Fenoy Bins, presidente da Emater-RS reforçou a proposta colocada por Rivaldo. "Se nós temos um pacote tecnológico, temos é que encontrar formas para que ele chegue com maior rapidez possível à totalidade do produtor", disse o painalista, salientando que para fazer esta transferência com eficácia é preciso apostar na organização dos produtores, principalmente do pequeno produtor.

Neste sentido, Celso Bins apontou várias opções que a Emater vem priorizando como os condomínios rurais, a formação de grupos informais para aquisição de equipamentos, além da integração aos projetos de microbacias hidrográficas, que é no seu entendimento, o ponto de culminância da organização do produtor e da sua comunidade, além do trabalho pela profissionalização de agricultores.



Celso Fenoy Bins ao lado de Rivaldo Dhein e Argemiro Luis Brum

Na sua opinião, a municipalização da agricultura seria uma forma de potencializar todo este trabalho através da integração de ações institucionais e da formulação de políticas municipais. Essas, seriam definidas por um conselho e gerenciadas por uma secretaria municipal de agricultura, que atue como uma embaixada permanente dos interesses do meio rural, seja em relação a recursos orçamentários como no equilíbrio de ações com outras secretarias.

Encerrando o painel, o analista de mercado e coordenador da Central Internacional de Análises Econômicas e de Estudos de Mercado Agropecuário, Argemiro Luis Brum fez uma análise do atual momento econômico brasileiro, comentando o Plano Real, considerado recessivo e o Mercosul que deve funcionar como zona de livre-comércio a partir de 1º de janeiro de 1995, "devendo trazer poucos reflexos adicionais

TABELA 2 - Estimativa dos resultados econômicos para soja e milho cultivados em área adequada e pela rotação de culturas entre elas.

	Situação atual (A)			Proposta (B)			Mudança		
	Soja	Milho	Total	Soja	Milho	Total	Soja	Milho	Total
Área Cultivada-ha	49.000	4.000	53.000	30.000	15.000	45.000	-19.000	+11.000	-8.000
Custo Produção-US\$(C)	218,28	286,20	-	19.645	257,58	-	-21,83	-28,62	-
Custo Lavoura-US\$(1x2)	10.615.720	1.144.800	11.840.520	5.893.500	3.863.700	9.757.200	-4.802.220	+2.718.900	-2.083.320
Produtividade-kg/ha	2.000	3.200	-	3.000	5.000	-	+1.000	+1.800	-
Produção Total-T(1x4)	98.000	12.800	110.800	90.000	75.000	165.000	-8.000	62.200	54.200
Preço Mínimo-US\$/T(D)	184	100,3	-	184	100,3	-	184	100,3	-
Valor Total Produção(5x6)	18.032.000	1.283.840	19.315.840	16.560.000	7.522.500	24.082.500	-1.472.000	+6.238.660	+4.766.660
Receita Líquida Total-US\$(7-3)	7.336.280	139.040	7.475.320	10.666.500	3.658.800	14.325.300	+3.330.220	+3.519.760	+6.849.980

(A) Dados fornecidos pela Cotrijuí - 1993/94
 (B) Considerada uma redução na área cultivada total, excluindo do processo produtivo as áreas favoráveis, permitindo um aumento de produtividade (para os níveis atingidos pelos produtores que estão acima da média do município) e uma redução em 10% nos custos de produção.
 (C) Considera apenas os valores desembolsados pelos produtores a cada ano, incluídas a mão-de-obra, a depreciação e a remuneração da terra e do capital. Os custos seriam elevados para US\$ 365,93 para a soja e US\$ 443,27 para o milho.
 (D) Preço mínimo de Abril/94 (Cotrijuí/Mai/Jun/1994).

Tabela 1 - Médias de produtividade das principais culturas no município de Ijuí, para três grupos de produtores.

Culturas	Y Munic.	Acima méd.	De ponta
Soja	2.000	3.000	+4.000
Milho	3.500	5.000	+8.000
Trigo	1.800	2.500	+3.500
Aveia	1.800	2.500	+3.500

aos produtos de mercado interno". O que vai complicar daqui para frente, disse Argemiro, "é efetivamente a nova paridade cambial, fazendo com que os nossos produtos percam a competitividade".

Por outro lado, em termos de competitividade direta na produção, o Brasil se apresenta mais eficiente e praticamente tudo o que é produzido a partir da porteira, já que a indústria dos demais parceiros, especialmente a Argentina, está bastante sucateada. Uma oportunidade, portanto, assinalou o analista, para agregar maior valor ao produto via industrialização. "A verticalização dentro da cadeia de produção ganha força e a agroindústria volta a assumir um papel importante", afirmou.

Nessa situação o analista levanta a possibilidade de os municípios buscarem ações comuns, concentrando esforços junto às entidades de produção locais. Essa associação de investimentos, no entanto, principalmente em relação a agroindustrialização, requer mercado interno forte, que venha dar competitividade e ao mesmo tempo fortalecer um setor desassistido paulatinamente pelo governo federal e gerador da maior parte da riqueza dos municípios do interior do Estado.

A municipalização, contudo, vai além do processo econômico e também não pode ser encarado como a retirada do Estado sobre o setor produtivo. Para o economista, o compromisso dos municípios deve abranger também pontos fundamentais para o desenvolvimento agrícola. "Melhoria do manejo do solo e readequação de estradas em microbacias, revigoramento da educação e maior acesso a saúde no meio rural, pesquisa e difusão de tecnologias, são exemplos de investimentos na agricultura", arrematou, concluindo que "a municipalização deve privilegiar a capitalização da riqueza regional visando multiplicar os seus efeitos mais benéficos como maior produção, mais empregos e menos êxodo rural".

Uma comissão elabora a proposta

O encerramento do 1º Seminário Estadual de Municipalização da Agricultura culminou com a formação de uma comissão supra-institucional encarregada de elaborar, a partir das sugestões colhidas pelo evento em Ijuí, uma proposta de municipalização para o Rio Grande do Sul.

A comissão é composta pela Cotrijuí, Unijuí, Consema, Famurs, Embrapa, Emater e Secretaria de Agricultura e do Abastecimento e ainda a Associação dos Engenheiros Agrônomos do Noroeste do RS, Novatec - Consultoria e Assistência Técnica na Agricultura Ltda., e Associação de Mulheres de Ne-

gócios e Profissionais de Cruz Alta. Como coordenador da comissão foi escolhido o presidente do Consema, Edison Franco Nunes.

Segundo o coordenador, até o final de setembro a comissão deve apresentar o documento contendo as conclusões do encontro em Ijuí, e a partir daí, iniciar o debate maior com as entidades de todo o Estado ligadas ao setor para a elaboração da proposta de municipalização. Esta proposta final deve se embasar nas diferentes abordagens sobre o processo de implementação da municipalização, na organização do conselho municipal de agropecu-

ária, através da sua estrutura legal, política e administrativa, especificando atribuições e responsabilidades da união, do Estado, do município e das instituições beneficiárias ou não que integram o Conselho. Deve também incluir a elaboração do plano municipal de desenvolvimento agrícola, a estrutura do órgão de gerenciamento único, no caso a secretaria de agricultura, e a estruturação da gestão financeira, mediante criação de um fundo de desenvolvimento da agropecuária, reconhecido em lei e com orçamento próprio, além da representação do conselho municipal nas instâncias regionais e estaduais.

I TURIS LEITE

Em contato com a realidade

Longe de ser uma tarde dedicada ao turismo, o I Turis Leite de Tenente Portela envolveu cerca de 200 produtores num dia de campo realizado em três propriedades de leite completamente diferentes na condução da atividade, manejo dos animais e topografia

Colocar os produtores em contato direto com a realidade regional, fazê-los despertar para a possibilidade do leite tornar-se uma atividade possível na região e ainda transferir tecnologias. Com estes objetivos, cerca de 200 produtores de leite de Tenente Portela, Vista Gaúcha, Barra do Guarita, Derrubadas e Miraguaí participaram, no dia 5 de agosto, do I Turis Leite, "que nada teve a ver com o turismo", explica o engenheiro agrônomo responsável pelo departamento técnico da Cotrijuí em Tenente Portela, Gelson Correa. Foi uma tarde de campo com visita a três propriedades demonstrativas. Promovido conjuntamente pela Unidade da Cotrijuí, Emater e Secretarias Municipais de Agricultura dos municípios que formam a Grande Tenente Portela, o I Turis Leite contou com a presença do 2º vice-presidente da cooperativa, Celso Sperotto.

Os três grupos de produtores circularam alternadamente, durante toda a tarde, pelas três propriedades demonstrativas de Lino Domingos Vicenzi, Carlos Bandeira e Olídio Lorenzi. "Foram escolhidas três propriedades bem distintas, com topografia e sistemas de criação diferentes", explica Gelson, acreditando ser esta uma forma de mostrar ao produtor que é possível, em qualquer circunstância, transformar a atividade leite num sucesso. Além disso, em cada uma das propriedades, o leite tem uma importância diferenciada. Apenas na propriedade de Carlos Bandeira, ele é a atividade mais importante.

Em cada uma das propriedades, os produtores assistiram a uma pequena explanação sobre a política do leite, produção, alimentação, manejo, genética, instalação e planejamento. Após a rápida explanação, visitaram a propriedade, trocando idéias sobre as instalações existentes, alimentação, genética e o tipo de manejo dos animais.

A idéia do Turis Leite nasceu a partir da constatação de que os produtores de leite da região de abrangência da Grande Tenente Portela encontram-se num estágio que torna-se mais vantajoso conhecer, em primeiro lugar, as propriedades de leite modelo da região. "São propriedades semelhantes em termos de topografia e tecnologia empregada, o que poderá levá-los a tirar lições mais proveitosas", assinala o Gelson Correa, reforçando o argumento de que os produtores estão vendo exemplos de propriedades bem sucedidas na atividade dentro da sua própria realidade. O sucesso do Turis Leite está motivando os organizadores a estender o mesmo tipo de trabalho a outras atividades como suinocultura, citricultura e grãos. "A nossa proposta é fazer um Turis Leite por ano", explica o engenheiro agrônomo.

A PROPRIEDADE DE LINO VICENZI - Na propriedade do seu Lino, localizada em Nossa Senhora da Saúde, os produtores foram recebidos pelo proprietário, por Celso Sperotto e Jair da Silva Mello. O 2º vice-presidente da Cotrijuí falou da importância do leite como atividade econômica, mostrando número de produção. Em toda a região de abrangência da Cotrijuí são comercializados em torno de 50,5 milhões de litros por ano, dando uma sustentação para mais de 4.300 famílias de produtores. "Essa produção faz circular na região em torno de R\$ 9.600.000,00 por ano", ressaltou Celso Sperotto. Essa produção faz girar na região um volume de R\$ 800.000,00 por mês, "o que representa, em média, 2,8 salários mínimos por família/mês. A produção de leite na região de Tenente Portela é de 5,5 milhões de litros por ano, fazendo circular no município, mensalmente, em torno de R\$ 90.000,00.

A alimentação, um dos pontos chaves da atividade leiteira foi tratada, na primeira estação, pelo Jair da Silva Mello. Mostrou aos produtores que, em sistema semi-intensivo, a alimentação deve ocorrer através das pastagens - anuais e perenes - "em pastejo direto" da silagem e do uso de grãos como suplementação. Usando informações coletadas em trabalhos realizados no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, mostrou que uma vaca alimentada numa pastagem de aveia preta mais azevém e trevo, produz, em média, de 11 a 16 litros de leite/dia. Destacou a importância do uso de leguminosas nas pastagens - ervilhaca e trevo vesiculoso -, sem suplementação de ração, como fundamental para melhorar a qualidade do alimento e reduzir os custos de produção.

O manejo correto das pastagens e o uso de cerca elétrica também foram abordados pelo Jair Mello. Disse que a associação destes dois fatores vai possibilitar que vacas em lactação pastem, no máximo um a dois dias por piquetes, desde que o produtor use como referência de 80 a 100 metros quadrados por vaca/dia de pastejo. "Com pastagens de alta qualidade, bem manejadas e suplementadas com silagem e ração, é possível reduzir significativamente os custos de produção", garantiu, sem deixar de considerar a produção de leite do rebanho.

Outro fator fundamental na atividade leiteira e que o produtor não pode desconsiderar, segundo o coordenador do Programa de Pecuária Leiteira da Cotrijuí, trata-se do manejo dos dejetos - esterco mais urina. O pastejo direto faz com que o esterco fique nas pastagens, significando que de 70 a 80 por cento do potássio retirado pelos animais do pasto, retornem através da urina. 95 por cento do fósforo retornam através do esterco. "Isso mostra a importância do esterco retornar às pastagens", alertou.

A GENÉTICA E O MANEJO - Na propriedade de Carlos Alberto Bandeira, onde o leite faz a principal receita da família, o médico veterinário da Cotrijuí em Tenente Portela, Daniel Heuser iniciou a sua explanação dizendo que na produção leiteira, 35 por cento do sucesso vem da genética e 65 por cento da alimentação. "Sem manejo e alimentação, a parte genética não tem como se manifestar", foi claro.

Segundo Heuser, o uso de touros melhoradores possibilita que, em apenas uma geração, o produtor consiga introduzir características melhoradoras no seu plantel como altura, teor de gordura e proteína. "Outras características como conformação do úbere, longevidade, resistência à mastite e facilidade de parto, já envolve duas ou mais gerações". Por este motivo, disse ser importante que o produtor mantenha anotações sobre as origens de cada animal para comparar com os dados do touro e evitar que seja cruzada com um parente. "O produtor não pode se deixar levar pelas aparências de um touro. O que deve prevalecer são as qualidades que pode imprimir em suas filhas".

Complementando as informações daquela estação, o engenheiro agrônomo Valcir Luiz Albiero, também da Cotrijuí, colocou como importante no manejo da atividade a existência, na propriedade, de um local adequado e higiênico "que não apenas facilite o manejo dos animais, como também evite a mastite". Referiu-se ao uso do canzil como uma peça importante, na competição entre os animais pela alimentação, "especialmente no caso do fornecimento de silagem" e colocou a alfafa como indispensável para quem trabalha com leite, e em especial no caso de criação de ternerias, e o

trevo, por apresentar-se como fonte de proteína e alta qualidade alimentar, como forrageiras imprescindíveis numa propriedade. "É uma cultura de fácil implantação desde que o produtor use uma boa adubação", recomendou numa referência a exigência do trevo em fósforo.

Na terceira estação, localizada em Bom Plano, Vista Gaúcha, os três grupos de produtores ouviram Adriane Iganski, médica veterinária da Emater de Tenente Portela falar sobre instalações. "A instalação pode ser simples, mas o fundamental é que ofereça qualidade ao produto, seja funcional, bem localizada, de fácil higienização e que ofereça um certo con-

forto aos animais", explicou. Ao bater na questão da qualidade, disse que a produção de alimentos, e o leite é um exemplo, é um trabalho social. "O compromisso pela qualidade tem que ser encarado muito seriamente".

O secretário municipal de Agricultura de Vista Gaúcha, Valdir Sangatelli encerrou o dia de campo na propriedade de Olídio Vicenzi alertando para a necessidade do produtor fazer um planejamento das suas atividades, sempre procurando a especialização e a capacitação. "O produtor tem brigado muito pelo preço, mas tem esquecido de um detalhe importante que é a produtividade", alertou.



Visita a propriedade de Olídio Lorenzi - foto ao lado
Os produtores foram conhecer as instalações

Partindo para o semi-confinamento

Na atividade há apenas 15 meses, o produtor Olídio Lorenzi, 39 anos, casado, três filhos - 19, 13 e 9 anos - já contabilizou alguns troços de ordem estrutural mas mesmo assim não desistiu do leite. Entrou para a atividade com um sócio, que não deu certo. O fim da sociedade deixou o produtor cheio de dúvidas, o que o fez perder uma lavoura de milho destinada para a silagem. Neste inverno tomou a decisão de permanecer na atividade, comprando os animais do sócio. Hoje reconhece a falta que a silagem está fazendo. "A minha produtividade está muito baixa", informa o produtor referindo-se aos 9,5 litros de leite por vaca/dia, produzidos, em média na sua propriedade. Ano passado, fechou o ano com uma produtividade média de 17,8 litros de leite por vaca/dia. Consciente de que seus problemas giram em torno da falta de alimentação, seu Olídio já encontrou uma saída para reverter esse quadro de baixa produtividade: implantar um programa de alimentação. Está planejando para 1995 a construção de mais um silo e o manejo dos animais em semi-confinamento. Esta opção tem a ver com a declividade do terreno. "O que os meus animais ganham em produtividade ao se alimentar em pastagens, eles perdem em energia só pelo deslocamento", conta ele.

Dados de identificação

- Nome do produtor - Olídio Lorenzi, 39 anos, casado, três filhos
- Área total da propriedade - 15,5 hectares
- Localização - Bom Plano, interior de Vista Gaúcha
- Atividades desenvolvidas - leite, citros - que ocupa três hectares -, frango de corte, grãos - soja e milho - e terminação de suínos - é associado da Apsat de Bom Plano.
- Área destinada a atividade leite - no inverno ocupa quatro hectares com o plantio de ervilhaca, trevos, aveia e azevém. No verão planta, em 3,5 hectares, milho, sorgo, teossinto e milho para silagem. Destina outros 0,5 hectare para a alfafa, da qual faz feno para ser usado no inverno e um hectare para o cultivo da mandioca - que costuma triturar e misturar à ração.

- Produção - 9,5 litros de leite vaca/dia

- Plantel - 13 animais, sendo que de um total de nove vacas, oito estão em lactação. Quatro são novilhas.

- Pontos de estrangulamento da atividade - dificuldades, em função da topografia do terreno, de implantar um programa de alimentação e a pouca disponibilidade de mão-de-obra. Possui animais de excelente qualidade - PO e PC -, por esta razão, costuma dizer que entrou para o leite colocando a carroça na frente dos bois.

- Planos para o futuro - chegar, num prazo de 2,5 anos a um plantel de 20 animais e uma produção de 18 litros de leite por vaca/dia; construir mais um silo - já possui dois -; continuar investindo na genética e na alimentação. Considera como projeto mais importante o manejo dos animais em semi-confinamento. "A partir de janeiro de 1995, meus animais não vão mais para as pastagens", disse ele. Deverão ficar em piquetes e num galpão de alimentação. A médio prazo, pretende trabalhar com terminação de ternerias e com novilhas para revenda, "uma das formas de viabilizar o leite na propriedade", explica referindo-se a necessidade de agregar várias receitas numa mesma atividade.

- O leite na propriedade - A idéia é fazer, num curto prazo, com que o leite responda por 70 por cento da receita da propriedade, pois acredita que não pode continuar trabalhando com três atividades pequenas.

- Apoio recebido - do departamento técnico da Cotrijuí, Unidade de Tenente Portela e Emater e Prefeitura Municipal/Secretaria de Agricultura de Vista Gaúcha. Pela Prefeitura, através do Funderur, financiou a construção de instalações e a aquisição de alguns animais.

O sustento da família Bandeira



Propriedade de Carlos Bandeira
A visita dos produtores às instalações da propriedade

Carlos Bandeira costuma dizer que é um produtor ambicioso. Gosta de estabelecer metas em sua propriedade e alcançá-las. Com o leite, a principal atividade da sua propriedade de 21 hectares - cinco hectares próprio e o restante arrendado do pai -, não tem sido diferente. Começou com uma vaca, entregando sete litros de leite/dia. Em sete anos de atividade conseguiu fazer a produção evoluir para 18 litros por vaca/dia aumentando o plantel e aperfeiçoando o trato dos animais. A meta imediata do produtor é chegar a uma produção média de 12 mil litros de leite/mês. Esse novo impulso na atividade deverá ocorrer, de acordo com o planejamento do Carlos, a partir da aquisição de novos animais "de melhor qualidade genética" e da produção e fornecimento de um alimento de maior conversão. "O leite é uma atividade que tem como crescer e o produtor até pode fazer a receita triplicar", ensinou aos colegas presentes no dia de campo. Acredita que solucionando estes dois problemas, o da genética e o da alimentação, vai conseguir resolver um outro problema, o da produtividade.

Otimista, Carlos Bandeira não poupava esforços para receber os produtores que foram até a sua propriedade e prestar esclarecimentos sobre a condução da atividade leite. Sem o menor constrangimento, disse que o leite faz a principal receita da propriedade. "Ele pesa mais do que a soja", informou, mostrando que de onde colhe 600 sacos de soja, pode tirar 1.800 sacos de soja transformados em leite. Não faço nada que esteja fora da realidade de qualquer outra propriedade e nem estou investindo um dinheirão para atingir as metas de produção e de crescimento na atividade que venho traçando".

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

■ **Nome do produtor** - Carlos Alberto Bandeira, 32 anos, casado, um filho de 12 anos.

■ **Área total da propriedade** - cinco hectares de área própria e 16 hectares arrendado.

■ **Localização** - Esquina Pinhalzinho, Tenente Portela.

■ **Atividades desenvolvidas** - leite - a atividade principal -, grãos - soja e milho - e terminação de suínos - faz parte da Apsat Nossa Senhora da Saúde.

■ **Área destinada a atividade leite** - no inverno, 10 hectares para o plantio de pastagens de aveia branca - plantadas em cinco hectares - azevém, trevos e centeio. No verão,

cinco hectares nos quais planta milho, capim elefante, capim bermuda e milho para silagem.

■ **Produção** - 18 litros por vaca/dia.

■ **Principal atividade na propriedade** - o leite, depois a soja e os suínos.

■ **Plantel** - 21 animais, mas apenas oito se encontram em lactação. Todos da raça holandesa.

■ **Produção de silagem** - 300 toneladas/ano de silagem de milho e cinco toneladas/ano de silagens pré-secada de aveia.

■ **Pontos de estrangulamento da atividade na propriedade** - Alimentação, área para a produção



Carlos Bandeira

de alimentos e criação dos animais, dinheiro para investir na atividade e a falta de alguns equipamentos como segadeira e enfardadeira.

- **Como pretende resolver os problemas de alimentação, de falta de área e de recursos para investir na atividade** - espera resolver o problema da alimentação com uma melhor qualidade e quantidade da forragem ofertada - silagem de milho e pré-secada de aveia - e ainda feno de alfafa - a área de alfafa está crescendo de 1.200 metros quadrados para 1,5 hectare. O problema da pouca disponibilidade de área será contornado com a criação de animais confinados, especialmente terneiras. O dinheiro para investir na atividade e fazê-la crescer, terá que sair do próprio leite. A idéia do produtor é, depois que atingir a meta de elevação da produção, investir, todos os meses, metade da receita na própria atividade, seja na construção de instalações, na aquisição de novos animais ou de equipamentos ou na melhoria da qualidade e na quantidade do trato aos animais.

- **Planos para o futuro** - fazer a atividade crescer e chegar a uma produção média de 12 mil litros de leite ao mês. Ainda nos planos, a construção de um galpão para semi-confinamento, onde acredita e até em função do espaço disponível, que o animal, especialmente as terneiras, possam receber melhor tratamento; a aquisição de uma enfardadeira, de uma segadeira e de animais de melhor qualidade genética.

- **Pontos positivos e que têm ajudado a atividade crescer** - a inseminação artificial "uma forma de o produtor melhorar aos poucos o seu rebanho sem tantos gastos" e o trabalho de orientação do departamento técnico da Cotrijuí na Unidade de Tenente Portela. Acrescenta ainda a silagem de milho e a pré-secada de aveia. Faz 300 toneladas de silagem de milho por ano - no cedo tem plantado cinco hectares de milho e outros quatro no tarde. Em um hectare planta sorgo.



A visita de um dos grupos à propriedade de Lino Vincenzi - foto ao lado
Trevo consorciado com aveia em avaliação pelos produtores



Leite paga trator

A principal receita da propriedade do seu Lino Domingos Vicenzi ainda sai da lavoura de soja e de milho. Mas foi com o dinheiro do leite que ele conseguiu comprar, há cerca de um ano e meio, um trator que ainda está pagando. Pretende melhorar a posição da atividade leite na sua propriedade investindo no melhoramento genético dos animais e na qualidade da alimentação, "os dois pontos de estrangulamento", reconhece o produtor ciente dos seus limites. Tem certeza que só com animais de qualidade e bem alimentados, poderá elevar a sua produção para 25 litros de leite por vaca/dia, como está planejando. Também não acredita em outra saída para o leite, "já que o preço pouco ajuda", que não passe pelo aumento da produtividade e por escalas de produção. "Um melhor retorno da atividade leite vem de uma melhor produtividade", diz seu Lino Vincenzi, planejando para o futuro um plantel de 20 animais em lactação. De momento, sua produção apresenta-se baixa em função de problemas de alimentação. "Tive dificuldades de colocar os animais no pastejo em função do excesso de chuvas", justifica reconhecendo ainda a necessidade de adotar um melhor balanceamento alimentar.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

■ **Nome do produtor** - Lino Domingos Vicenzi.

■ **Área total da propriedade** - 80 hectares.

- **Localização** - Nossa Senhora da Saúde, Tenente Portela

■ **Atividades desenvolvidas na propriedade** - leite e grãos - soja e milho. É um dos associados da Apsat Nossa Senhora da Saúde.

■ **Área destinada ao leite** - no inverno, 15 hectares - em 14 hectares planta aveia -. No restante da área destinada a pastagens, planta ervilhaca, trevo e azevém. No verão, quatro hectares. Em três planta o milho e no restante, o capim sudão. Ainda planta milho para silagem.

■ **Plantel** - 22 animais, sendo 12 em lactação, duas vacas secas, três novilhas e cinco terneiras.

■ **Produção** - 13 litros de leite por vaca/dia - 4.650 litros/mês e 55.800 litros/ano.

■ **Faturamento mensal** - R\$ 930,00 ou 14,3 salários mínimos/mês.

■ **Raça dos animais** - cruzas de holandesa. O trabalho de melhoramento genético dos animais vem acontecendo aos poucos, através do uso de inseminação artificial. A meta para o futuro é trabalhar apenas com animais puros.

■ **Planos para o futuro, a médio prazo** - chegar a um plantel de 20 animais em lactação e uma produção de 25 litros de leite por vaca/dia.

■ **Pontos de estrangulamento da atividade na propriedade** - Alimen-

tação e genética dos animais. Pretende atacar o problema da alimentação através da produção mais intensiva de silagem de milho e do plantio de alfafa. Considera a alfafa fundamental para a criação de terneiras. A questão da genética é um processo mais lento e que pretende resolver aos poucos, através do uso da inseminação artificial, como já vem fazendo.

■ **Instalações** - como a estrutura que possui suporta o tamanho da atividade - silo, ensiladeira de aveia, um estábulo, ordenhadeira e resfriador -, os investimentos mais imediatos passam pela construção de uma sala de ordenha e a aquisição, em grupo, de uma ensiladeira para milho.

■ **Investimentos feitos com o dinheiro do leite** - O mais pesado ocorreu há cerca de pouco mais de um ano, quando adquiriu um trator tracionado, que está pagando com o dinheiro do leite. Cada prestação mensal equivale a mais ou menos 2.700 litros de leite.

■ **O leite na propriedade** - não é a atividade de ponta, mas é considerada importante pela receita que proporciona mensalmente. Para o produtor esta é a grande vantagem de trabalhar com leite, "fazendo a diferença dos grãos, com apenas duas safras durante o ano". Nos planos, aumentar ainda mais esta receita através do aumento da produtividade e do número de animais em lactação.

■ **Produção de silagem** - 120 toneladas/ano de silagem de milho.

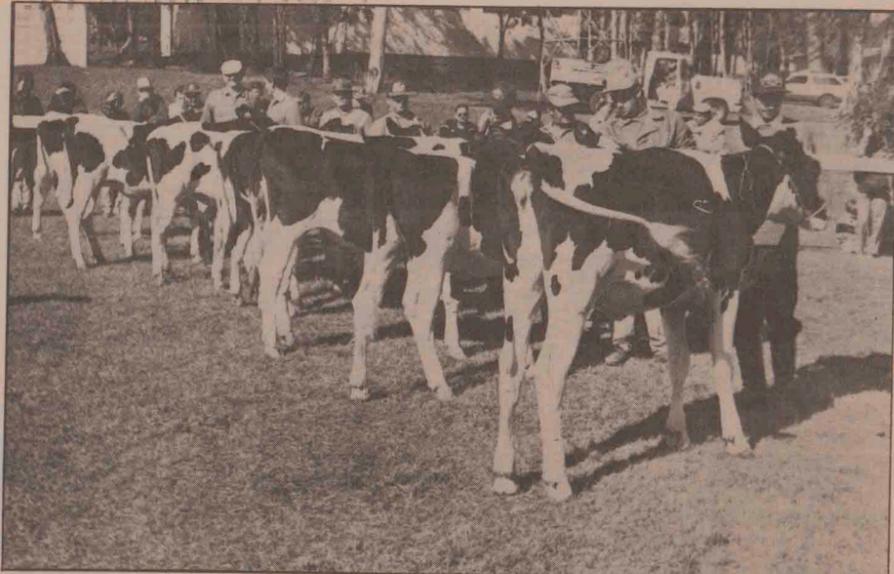
PUBLICITA & ESQUIRE ALLIANCE

Sai julho

Dia do Agricultor. Profissional que não tem sábado, domingo nem feriado. Todo dia é dia de trabalho. Pra ele, um parabéns do tamanho do Brasil.

DIA DO TRABALHO

CYANAMID
DIVISÃO DEFENSIVOS AGRICOLAS
CIÊNCIA DEDICADA À VIDA



Animais da raça holandesa
Evolução da genética

RELAÇÃO DOS EXPOSITORES

Criador	Unidade	Número de animais		
		Hol.	Jer.	Total
Flávio, Vera e Clóvis Oedmann	Ajuricaba	-	12	12
Egon Kern	A. Pestana	-	08	08
Elmário Korb	Ijuí	03	01	04
Werner e Vilja Wagner	Ijuí	03	06	09
Pedro Rotilli	Sto. Augusto	07	-	07
Celso Sperotto e filhos	Sto. Augusto	05	-	05
Diamantino Calgaro	Ajuricaba	03	-	03
Getulino Bandeira	Ajuricaba	05	-	05
Valdecir e Aldir Palmero	Ajuricaba	03	-	03
Oldemar Decker	Ijuí	08	-	08
Arno Sadi Willens	Ijuí	03	-	03
Sabeve	Ijuí	04	-	04
Almir Karlinski	Ijuí	06	-	06
Evaldo Seifert	Ijuí	03	-	03
Élio Leonir Kislich	Ijuí	02	-	02
Remi Osmar Tiecher	Ijuí	02	-	02
Leonir Becker	Ijuí	06	-	06
TOTAIS	5	63	27	90

Resultado final do julgamento de classificação

RAÇA HOLANDESA

- * Grande Campeã Terneira - criador José Rotilli e filhos - Santo Augusto
- * Reservada de Grande Campeã - criador Almir L. Karlinski - Ijuí
- * Grande Campeã Novilha - criador Celso Sperotto e filhos - Santo Augusto
- * Reservada de Grande Campeã Novilha - criador Celso Sperotto e filhos - Santo Augusto

RAÇA JERSEY

- * Grande Campeã Terneira - criadores Flávio, Vera e Clóvis Oedmann - Ajuricaba
- * Reservada de Grande Campeã Terneira - criadores Werner e Vilja Wagner - Ijuí
- * Grande Campeã Novilha - criadores Flávio, Vera e Clóvis Oedmann - Ajuricaba
- * Reservada de Grande Campeã Novilha - criadores Werner e Vilja Wagner - Ijuí
- * Melhor Expositor da Raça Holandesa - criador Celso Sperotto e filhos - Santo Augusto
- * Melhor Expositor da Raça Jersey - criadores Werner e Vilja Wanger - Ijuí

Classificação dos animais por categoria

RAÇA HOLANDESA

- * Primeira categoria - Terneiras com até seis meses de idade
1º lugar - criador José Rotilli e filhos - Santo Augusto
- * Segunda categoria - Terneiros com seis meses e um dia a 12 meses
1º lugar - criador Almir Luís Karlinski - Ijuí
- * Terceira categoria - Novilhas de 12 meses e um dia a 20 meses
1º lugar - criador Leonir Becker - Ijuí
- * Quarta categoria - Novilhas prenhas de 15 a 22 meses
1º lugar - criador Getulino J. Bandeira - Ajuricaba
- * Quinta categoria - Novilhas com 22 meses e um dia a 30 meses
1º lugar - criador Celso Sperotto e filhos - Santo Augusto

Classificação dos animais por categoria

RAÇA JERSEY

- * Primeira categoria - Terneiras com até 06 meses de idade
1º lugar - criadores Werner e Vilja Wagner - Ijuí
- * Segunda categoria - Terneiras com seis meses e um dia a 12 meses
1º lugar - criadores Flávio, Vera e Clóvis Oedmann - Ajuricaba
- * Terceira categoria - Novilhas de 12 meses e um dia a 20 meses
1º lugar - criadores Flávio, Vera e Clóvis Oedmann - Ajuricaba
- * Quarta categoria - Novilhas prenhas de 15 a 22 meses
1º lugar - criadores Werner e Vilja Wagner - Ijuí

LUBRIFICAÇÃO
DE MÁQUINAS
AGRÍCOLAS

Rimula
O Super Óleo
do seu dia-a-dia



Multiviscoso para motores
Diesel turbo e aspirados

Agora você tem um óleo que facilita as partidas a frio e mantém a viscosidade adequada em qualquer temperatura ou condição de serviço, aumentando o tempo de vida do seu motor, diminuindo o número de retíficas e economizando lubrificante e combustível. A melhor maneira de se celebrar uma parceria conquistada pela consagrada linha de produtos Shell para lubrificação de máquinas agrícolas.

Rimula CT

Recomendado para motores que operem em serviços pesados, mantém o motor sempre limpo e tem aditivos especiais que combatem a oxidação, a corrosão e o desgaste. Menos oficina e muito mais produtividade.



Tellus

Especial para sistemas hidráulicos industriais e para todas as aplicações que peçam um lubrificante de alto nível de desempenho. Contém aditivos antioxidantes, antidesgaste, antiferrugem e antiespuma.



Spirax

Protegendo da umidade as engrenagens e outros componentes de eixos, é recomendado para caixas diferenciais, de redução, de câmbio, de direção e juntas universais. Excepcionalmente resistente à deterioração por uso prolongado.



Retinax

Recomendada para todos os pontos lubrificáveis à graxa, mantém sua estabilidade e resistência tanto em altas como em baixas temperaturas. Uma moderna fórmula de graxa para lubrificação de máquinas agrícolas.



 **Shell** Líder mundial em lubrificantes

PLANO DE SAFRA 94/95

Pequeno produtor beneficiado

Governo destina R\$ 5,65 bilhões para financiar a próxima safra de verão, beneficiando, em especial, os pequenos produtores. A manutenção da TR, mais juros de 11 por cento ao ano não agradou os médios e grandes produtores

A demora na elaboração do Plano Safra não foi suficiente para que o governo conseguisse atender aos interesses de toda a categoria de produtores rurais. No pacote, o governo promete destinar R\$ 5,65 bilhões para o financiamento da próxima safra, acreditando que, com estas medidas adotadas não estará afetando o plano de estabilização econômica.

Ao apostar nas novas condições de crédito agrícola - fim da Taxa Referencial na correção do financiamento para mini produtores, redução de 50 por cento da TR para os pequenos e uma redução de 1,5 pontos percentuais na taxa de juro que corrige o financiamento dos grandes produtores -, o governo espera promover um aumento de 10 por cento na produção de grãos, elevando o volume produzido para 75 milhões de toneladas. Em termos de área, planeja um crescimento ao redor de 6,4 por cento.

SEM TANTO OTIMISMO - Sem o mesmo otimismo, os produtores e lideranças do setor receberam o plano com uma sarraivada de críticas. A principal reclamação reside justamente no principal ponto de estrangulamento da lavoura: o custo do dinheiro. A manutenção da TR na correção dos financiamentos para os médios e grandes produtores vai gerar uma redução na busca por custeio, têm reclamado, lamentando esta atitude do governo justamente com as categorias que respondem por 80 por cento da produção de grãos do país.

MELHOR PARA OS PEQUENOS - "O plano é satisfatório", avalia o 1º vice-presidente da Cotrijuf, Euclides Casagrande, considerando-o ainda melhor para os pequenos produtores. "O plano contempla as reivindicações dos pequenos", comenta referindo-se aos juros compatíveis e sem correção monetária. Diz que os recursos destinados para a formação das lavouras não são ruins, embora mostre preocupação em relação a disponibilidade do dinheiro anunciado e a questão da equivalência-produto. "A promessa da equivalência-produto terá que ser respeitada".

Euclides Casagrande avalia como ponto negativo do pacote a forma como deverá ocorrer a liberação do dinheiro destinado a implantação da lavoura de milho. Partindo do princípio de que uma lavoura tem que ser bem feita, não se vê sentido em o governo liberar apenas 50 por cento do volume total do financiamento para a implantação do milho. Diz que, com esse valor, o produtor não vai conseguir comprar todos os insumos necessários. "A liberação para implantação da lavoura de milho deveria ocorrer na mesma proporção da lavoura de soja", critica.

COERENTE - "Dentro da proposta do governo, o Plano de Safra é coerente na medida em que está destinando um pouco mais de recursos, se comparado com a safra anterior, e bem menos do que o necessário", avalia o analista de mercado da CEEMA/Unijuf, Argemiro Luís Brum. Diz que na coerência de privilegiar as culturas da cesta básica, o governo está procurando favorecer os minis e pequenos produtores. "São produtores que não terão, futuramente, problemas com o câmbio, já que sua produção está voltada para o mercado interno", observa.

Mas a manutenção da correção monetária, da taxa de juros em 11 por cento e os "prováveis problemas com o câmbio no futuro", além de deixar os médios e grandes produtores numa situação inquietante, podem se traduzir, na prática, numa redução na busca destes recursos junto ao banco, avalia Argemiro Luís Brum. "O produtor vai fugir do banco, plantando com recursos próprios", observa. Outra tendência apontada pelo analista e que neste caso não tem apenas a correção monetária como culpada, "mas será decisiva", é a possibilidade de ocorrer redução na área de soja em detrimento da lavoura de milho. "A rotação de culturas e, neste caso o milho é especial, é hoje uma necessidade fundamental em função das tantas doenças ameaçando as lavouras de soja".

INCLUSÃO DA SOJA - Além da inclusão da soja na lista de produtos com garantia de preços mínimos, o governo ainda ampliou o programa de equivalência-produto. Estão enquadrados neste sistema, num limite de R\$ 240 mil por cultura e por tomador, o arroz, o feijão, o milho, a mandioca, o algodão e também a soja.

Os micros e miniprodutores pagarão, pelo financiamento, juros anuais de 4 a 6 por cento,

respectivamente, sem a correção monetária. Os pequenos vão pagar seis por cento de juro, mais 50 por cento da TR. Os demais produtores - médios e grandes - vão pagar a TR plena, mais juro anual de 11 por cento.

Os produtores classificados como minis e pequenos terão direito a 90 por cento do Valor Básico de Custeio para o plantio de culturas como o arroz irrigado, arroz de sequeiro, feijão e milho. Os que plantarem soja, vão poder contar com 80 por cento do VBC integral. Os médios e grandes vão receber 80 por cento de financiamento para as lavouras de arroz irrigado e de sequeiro, feijão e milho e apenas 60 por cento para o plantio da soja. No entanto, o VBC para estas mesmas lavouras poderão ser concedidos de forma integral, desde que o produtor apresente um projeto técnico capaz de assegurar um aumento na produtividade maior ou igual a 5 por cento sobre o rendimento médio das últimas três safras.

PROGRAMA PARA MICROS - A intenção do

governo ao liberar, para o Programa de Valorização da Pequena Propriedade, R\$ 615,5 milhões é o de beneficiar cerca de 200 famílias e estimular a produção de arroz, feijão, milho e algodão. O produtor enquadrado neste programa e que deseja ser beneficiado, terá que cumprir algumas exigências, como - pertencer a associações, cooperativas, grupos de produtores ou condomínios, ser proprietário de uma área total de até quatro módulos fiscais - cerca de 60 hectares -, comprovar que 80 por cento da sua renda é proveniente da agricultura, não possuir empregado e não ser beneficiário de contratos de crédito junto a fundos constitucionais ou Programa de Crédito especial de Reforma Agrária.

No custeio e comercialização, serão adotados a equivalência-produto. A taxa de juro será de 4 por cento ao ano, sem correção monetária e cada produtor poderá financiar no máximo cinco hectares da lavoura, com 100 por cento do VBC.

O conteúdo do Pacote

O governo está prometendo destinar R\$ 5,65 bilhões para o financiamento da safra de verão 1994/95

Taxas de juros

Os juros a serem cobrados pelo custeio serão de 4 por cento ao ano para o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural; de 6 por cento para os mini produtores e sem aplicação da TR - 6 por cento mais 50 por cento da TR para os pequenos produtores e 11 por cento mais TR plena para os demais produtores.

Provape

O Programa de Valorização da Pequena Produção Rural deverá receber recursos na ordem de R\$ 228 milhões para custeio e R\$ 325 milhões para comercialização. O governo espera beneficiar, através do Provape, cerca de 200 mil famílias sem acesso a política agrícola, permitindo financiamento rural através de taxa de juro fixa de 4 por cento ao ano e de um ágio de 10 por cento sobre o principal da dívida de custeio para produtos inseridos dentro da Política de Garantia de Preços Mínimos, quando da compra para formação de estoques por parte do governo.

Fertilizantes

Redução das alíquotas na importação de fertilizantes.

Procera

Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária. Os créditos de custeio agrícola ficarão sujeitos à taxas de juro de 4 por cento ao ano, sem TR.

Equivalência-produto

O sistema está mantido. A novidade é a inclusão da soja como produto amparado pela Política de Garantia dos Preços Mínimos.

Valor Básico de Custeio

O teto do VBC é de R\$ 240 mil por produto. O limite de financiamento será de 100 por cento para as lavouras de arroz, feijão, milho e soja, desde que o produtor apresente projeto técnico que assegure aumento da produtividade maior ou igual a 5 por cento sobre a produção média das últimas três safras consideradas normais.

Os recursos

Serão destinados R\$ 5,350 bilhões para o custeio da safra de verão 1994/95. Deste total, R\$ 250 milhões deverão sair do Tesouro Nacional e destinados exclusivamente aos minis e pequenos produtores com créditos diretos ou via repasse às cooperativas. R\$ 600 milhões sairão da exigibilidade - depósitos à vista - para todos os produtores e suas cooperativas, no valor de 50 por cento do total deste recurso. A outra metade será destinada aos pequenos produtores em créditos diretos ou via repasse às cooperativas. R\$ 1.000 bilhão sairá da poupança rural para todos os produtores e suas cooperativas; R\$ 400 milhões dos Depósitos Especiais Remunerados - DER -, com destino a todos os produtores e suas cooperativas; R\$ 300 milhões dos fundos de commodities para todos os produtores e suas cooperativas; R\$ 800 milhões dos recursos livres, sendo que R\$ 240 milhões serão aplicados à taxa controlada - 11 por cento mais a TR - para todos os produtores e suas cooperativas; R\$ 2.000 milhões de recursos equalizáveis da poupança e recursos livres, para todos os produtores e suas cooperativas.

Proagro

Maior eficiência e eficácia no controle de arrecadação e administração de recursos. O produtor só terá direito a cobertura após a germinação da planta. Aperfeiçoamento do controle da operação enquadrada pelo agente financeiro. Cobertura com limite de 70 a 100 por cento. Concessão de bonificação de 10 por cento a cada safra normal, respeitado o teto de 100 por cento.

Liberação de Estoques

Formação e liberação de estoques públicos com informações dos volumes existentes, divulgação das vendas e posição dos estoques públicos, preços de abertura e/ou aceitação de proposta de venda, renovação de estoques, doação e transferência de produtos.

Preços Mínimos

Os preços mínimos do arroz, feijão, mandioca e milho foram mantidos nos mesmos níveis da safra 1993/94. A próxima revisão nos valores dos preços mínimos está marcada para o dia 1º de fevereiro. Os preços mínimos para a soja variam de R\$ 8,14 a R\$ 7,32.

PREÇOS MÍNIMOS - SAFRA DE VERÃO 1994/95					
Produtos	Tipo Básico	Unidade	Início de Operação	Preço básico proposto	
				Em R\$/kg	R\$/Unidade
Arroz irrigado em casca (1)	tipo 2,53-57	50 kg	fev/95	0,200592	10,02
Arroz sequeiro em casca	tipo 3,38-42	60 kg	fev/95		
Sul, Sudeste, Centro-Oeste (exceto MT) e Nordeste (2)				0,147537	8,85
Feijão preto	tipo 3	60 kg	nov/94	0,375008	22,50
Milho	tipo 2	60 kg	fev/95		
Sul, Sudeste, BA-Sul e Centro-Oeste (exceto MT)				0,105334	6,32
Soja					
Sul, Sudeste, Centro-Oeste (exceto MT)	Único	60 kg	fev/95	0,135667	8,14

OBSERVAÇÕES
 (1) Válido para Roraima com vigência a partir de 1º/9/94
 (2) Válido para áreas irrigadas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com vigência a partir de 1º/9/94

VALOR BÁSICO DE CUSTEIO (VBC) E CALENDÁRIO DE LIBERAÇÕES SAFRA DE VERÃO - 1994/95

Produto e Área de abrangência	Faixas de Produtividade (kg/ha) de	Até	VBC R\$ 1,00/ha até (em 01/jul/94)	CALENDÁRIO DE LIBERAÇÕES					
				1ª Parcela		2ª Parcela		3ª Parcela	
				% a partir de	R\$/ha	% a partir de	R\$/ha	% a partir de	R\$/ha
ARROZ IRRIGADO Irrigação mecânica - Sistema diesel				45 Ago		45 Out		10 Fev	
	Regiões Sul e Sudeste	3.000	3.600	427,09	192,19	192,19	42,71		
		3.601	4.500	479,50	215,78	215,78	47,94		
	4.501	5.500	548,65	246,89	246,89	54,87			
ARROZ IRRIGADO MECÂNICA - Sistema elétrico				45 Ago		45 Out		10 Fev	
	Regiões Sul e Sudeste	3.000	3.600	388,54	174,84	174,84	38,86		
		3.601	4.500	434,18	195,38	195,38	43,42		
	4.501	5.500	493,70	222,17	222,17	49,36			
ARROZ Irrigação natural				45 Ago		45 Out		10 Fev	
	Regiões Sul e Sudeste	3.000	3.600	346,51	155,93	155,93	34,65		
		3.601	4.500	387,81	174,51	174,51	38,79		
	4.501	5.500	440,67	198,30	198,30	44,07			
ARROZ de sequeiro				60 Ago		25 Out		15 Fev	
	Todo o território nacional	1.201	1.500	112,96	67,78	28,24	16,94		
		1.501	2.000	143,48	86,09	35,87	21,52		
	2.001	2.500	185,33	111,20	46,33	27,80			
FEIJÃO				50 Jul		25 Ago		25 Out	
	Todo o território nacional	400	600	81,97	48,99	20,49	20,49		
		601	1.000	136,69	68,35	34,17	34,17		
	1.001	1.500	189,49	94,75	47,37	47,37			
MILHO				50 Ago		25 Out		25 Fev	
	Todo o território nacional	900	1.500	59,75	29,87	14,94	14,94		
		1.501	2.000	89,72	44,86	22,43	22,43		
	2.001	2.500	169,19	84,59	42,30	42,30			
	2.501	3.500	217,92	108,96	54,48	54,48			
SOJA				80 Ago		10 Out		10 Fev	
	Todo o território nacional	1.200	1.600	189,63	151,71	18,96	18,96		
		1.601	2.200	231,43	185,15	23,14	23,14		
SORGO				60 Ago		25 Out		15 Jan	
	Todo o território nacional	1.000	1.500	64,60	38,76	16,15	9,69		
		1.501	2.000	90,44	54,26	22,61	13,57		
		2.001	2.500	116,28	69,77	29,07	17,44		
		acima de	2.500	142,13	85,28	35,53	21,32		

Fonte: ELAF. DRAÇÃO: Conab/Dipla/Depag/Divag

SOJA/MILHO

Custo de implantação

Quanto de dinheiro o produtor vai necessitar para implantar um hectare de milho ou de soja? Com o propósito de ajudar o produtor na sua decisão do que plantar e até de planejar seus gastos, a Assessoria de Estudos Econômicos da Cotrijuf elaborou um estudo, mostrando em quanto vão parar as despesas de implantação destas duas lavouras. "É interessante que o produtor saiba diferenciar um custo de implantação de um custo de produção", avisa o economista rural da Cotrijuf, Luís Juliani, explicando que, no caso do custo de implantação não são considerados itens como depreciação, remuneração da terra, remuneração do capital e melhoramento do solo. "O custo de implantação é parte integrante de um custo de produção".

Num custo de implantação são considerados os gastos com insumos - sementes, fertilizantes, defensivos e combustíveis. Mas neste estudo, objetivando facilitar o trabalho de levantamento de despesas do produtor, a Assessoria de Estudos Econômicos da Cotrijuf incluiu os itens custos financeiros, Proagro e o Projeto técnico, "considerados desembolsáveis e que fazem parte do custo de produção", explica o Juliani. Ao transformar os recursos necessários para implantação de um hectare de lavoura em produto, foi usado como referência o preço médio dos últimos 14 anos e ainda o preço mínimo estipulado pelo governo para a próxima safra. "Esse raciocínio vai facilitar ainda mais o cálculo do produtor na conversão dos recursos necessários em sacos de produto", observa.

Juliani considerou ainda, no levantamento, o limite de 100 por cento de financiamento. Mas lembra que, no caso do

milho, o limite de financiamento estipulado pelo governo é de 90 por cento do VBC integral para os minis e pequenos produtores e 80 por cento para os médios e grandes produtores. Para a lavoura de soja, esse limite encruta ainda mais. Os minis e pequenos terão direito a apenas 80 por cento do valor do VBC e os médios e grandes produtores a 60 por cento.

O NECESSÁRIO - Para implantar um hectare de milho, o produtor vai necessitar, segundo os cálculos levantados pela Assessoria de Estudos Econômicos da Cotrijuf, de 25,12 sacos de produto, considerando, neste caso, o preço médio dos últimos 14 anos. Se considerar o preço mínimo do governo, ele vai necessitar, para cobrir estas despesas, de 25,84 sacos de milho. Neste cálculo, estão incluídas apenas as despesas com sementes, adubo, defensivos e combustíveis. Se incluir a mão-de-obra, conservação, reparos, custos financeiros, Proagro e Projeto Técnico, esse referencial muda, passando para 41,6 sacos no primeiro caso e 42,78 sacos no segundo.

O cálculo de implantação de um hectare de soja é semelhante. Pela média dos últimos 14 anos, e considerando apenas as despesas com insumos, o produtor vai necessitar para pagar as despesas, de 10,43 sacos de soja. Se considerar o valor do preço mínimo para a próxima safra, ele paga a lavoura com 13,87 sacos de produto. A inclusão dos demais itens integrantes do custo de implantação elevam essa exigibilidade para 19,75 sacos - primeiro caso - e 26,45 sacos, caso o produtor considere, para efeito de cálculo, apenas o preço mínimo do governo.

RECURSOS NECESSÁRIOS PARA IMPLANTAÇÃO DE UM HECTARE DE SOJA

Itens	Quantidade Kg ou L/ha	Custo Unitário R\$	R\$/ha	SCS necessárias Preço médio últimos 14 anos (US\$ 10,9)	SCS necessárias Preço mínimo safra 94/95 (R\$ 8,14)
1 - Insumos - sementes	90,00	0,24	21,60	1,98	2,65
- Manutenção	200,00	0,18	36,00	3,30	4,42
			0,00	0,00	0,00
1.2 - Defensivos - herbicida	1,50	4,60	6,90	0,63	0,85
			0,80	30,00	2,20
- Inseticida	0,40	11,00	4,40	0,40	0,54
1.3 - Combustíveis	65,00	0,32	20,80	1,91	2,56
Sub total			113,70	10,43	13,97
1.4 - Mão-de-obra		37,45	37,45	3,44	4,60
1.5 - Conserv. e reparos	35,00	0,00	35,00	3,21	4,30
Sub total			72,45	6,65	8,90
2 - Financeiro			20,48	1,88	2,52
3 - Proagro	0,10		7,25	0,66	0,89
4 - Projeto Técnico	0,02		1,45	0,13	0,18
Sub total			29,17	2,68	3,58
Total			215,32	19,75	26,45

Fonte: Assessoria de Estudos Econômicos

RECURSOS NECESSÁRIOS PARA IMPLANTAÇÃO DE UM HECTARE DE MILHO

Itens	Quantidade Kg ou L/ha	Custo Unitário R\$	R\$/ha	SCS necessárias Preço médio últimos 14 anos (US\$ 6,5)	SCS necessárias Preço mínimo safra 94/95 (R\$ 6,32)
1 - Insumos - sementes	18,00	2,25	40,50	6,23	6,41
- Manutenção	250,00	0,19	47,50	7,31	7,52
- Cobertura	100,00	0,23	23,00	3,54	3,64
1.2 - Defensivos - herbicida	5,00	5,50	27,50	4,23	4,35
			0,00	0,00	0,00
- Inseticida	0,16	25,00	4,00	0,62	0,63
1.3 - Combustíveis	65,00	0,32	20,80	3,20	3,29
Sub total			163,30	25,12	25,84
1.4 - Mão-de-obra		37,45	37,45	5,76	5,93
1.5 - Conserv. e reparos	35,00	0,00	35,00	5,38	5,54
Sub total			72,45	11,15	11,46
2 - Financeiro			25,93	3,99	4,10
3 - Proagro	0,10		7,25	1,11	1,15
4 - Projeto Técnico	0,02		1,45	0,22	0,23
Sub total			34,63	5,33	5,48
Total			270,38	41,60	42,78

Fonte: Assessoria de Estudos Econômicos

MANEJO DO SOLO, ÁGUA E AMBIENTE

Um debate prioritário

Seminário promovido pelo Conselho Regional de Desenvolvimento do Noroeste Colonial discutiu a importância de programas de manejo do solo para a região, aproveitando a experiência dos programas pioneiros e dos benefícios do plantio direto.



João Mieiniczuk
Manejo
conservacionista deve
crescer ainda mais

O Conselho Regional de Desenvolvimento do Noroeste Colonial, que tem como prioridade a agropecuária, promoveu nos dias nove e dez de agosto, em Ijuí, o "Seminário sobre manejo do Solo, Água e Ambiente e o Desenvolvimento Regional". O encontro organizado pela Unijuí ocorreu no Cine América. Apesar do escasso público formado por secretários municipais de agricultura, técnicos e estudantes, o encontro contou com a presença de palestrantes dos três estados do sul do país e com a presença do secretário da Agricultura e do Abastecimento, Floriano Barbosa Isolan e do reitor da Universidade de Ijuí, Walter Frantz.

Um pouco da história sobre manejo agrícola no Planalto do Rio Grande do Sul, foi contada pelo professor João Mieiniczuk, mestre em fertilidade do solo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O pesquisador, também doutor em fertilidade do solo pela Universidade de Wisconsin, nos Estados Unidos, falou sobre a evolução do manejo do solo na região desde a época da agricultura colonial, que "correspondia praticamente a uma mineração da fertilidade natural existente", passando pela entrada da soja na década de 50, até chegar aos anos 60 com o estabelecimento do binômio trigo-soja, quando a necessidade de corretivos e fertilizantes cresceu violentamente assim como o teor de matéria orgânica baixou significativamente.

OS PRIMEIROS PROGRAMAS - Nessa época, segundo o professor, surgiram os primeiros programas de recuperação da fertilidade, com base em análise do solo promovendo um grande incremento na utilização dos insumos. Foi um passo importante para assegurar o desenvolvimento da soja, mas não é o suficiente para suportar a rápida ocupação até em áreas inapropriadas, disse o pesquisador. Na década de 70, a cultura já ocupava quatro milhões de hectares e a isso se somava também o uso de práticas inadequadas como a queima da palha do trigo, o preparo excessivo do solo à base de lavração e três gradagens, tráfego em condições inadequadas de umidade, criando um ambiente favorável para um violento processo de degradação química e física do solo.

Para dar uma idéia mais exata da situação, o professor mostrou que enquanto a soja ocupava quatro milhões de hectares, o trigo teve sua área reduzida passando a uma média histórica na década de 70, de um milhão de hectares. Isso significa, como aponta um levantamento realizado em 1979, que três milhões de hectare de solo

ficaram descobertos no inverno, sendo 90 por cento da palha do cereal queimada.

Em 1979 foi lançado o Programa Integrado de Uso e Conservação do Solo. O PIUCS era formado por universidades, cooperativas, Secretaria da Agricultura, Fecotrig e prefeituras e Emater, e chegou a atingir 45 municípios da região e tinha por objetivo estancar a queima da palha, reduzir o preparo do solo e introduzir novas culturas de cobertura no inverno.

IMPULSO - Mais demorado que os programas preliminares de correção e fertilidade do solo, o

PIUCS levou mais tempo para render frutos. Incorporando novas pesquisas sobre manejo do solo, entretanto, conseguiu, segundo o pesquisador, mudar um pouco da sua situação como pode se observar dezesseis anos depois do seu lançamento.

Hoje, de acordo com suas estimativas, Mieiniczuk destaca que as operações de lavração e gradagem representam, apenas 25 por cento da área de soja, enquanto os preparos conservacionistas, que antes chegavam a 10 por cento da área atingem 75 por cento. A queima da palha, caiu de 90 para dez

por cento e a cobertura de solo no inverno incorporou além do trigo, a aveia, ervilhaca, trevos, entre outros, abrangendo cerca de dois milhões e 400 mil hectares.

Embora favoráveis, estas estimativas não devem servir para a acomodação, considerou o professor. Pelo contrário, apesar do avanço em manejo do solo, das novas variedades, as principais culturas da região ainda têm sua produtividade muito aquém da sua potencialidade. "Espero que a partir daqui todo o solo do Estado seja coberto, organizado em microbacias hidrográficas e que o

plantio direto continue se expandindo". Então, "daqui uns dez anos, poderemos comemorar rendimentos médios no Estado, por volta de 2 mil e 500 quilos por hectare e sem perda de solos".

ARTICULAÇÃO - Uma outra discussão tratou da "Articulação Político-Institucional para a Implantação de um Programa de Manejo do Solo". A palestra foi ministrada pelo engenheiro agrônomo Nestor Bragagnolo, da Secretaria Estadual de Agricultura e do Abastecimento do Paraná, desenvolvimento para qualquer região essencialmente agrícola.

Os híbridos Cargill vem batendo recordes de produção. Veja alguns resultados da safra 93/94 no Rio Grande do Sul:

NOME	MUNICÍPIO	HÍBRIDO	PRODUTIVIDADE (*)	
			kg/ha	sc/alqueire
Coop. Triticola de Santa Rosa	Cândido Godói	C-969	9.290	375
João F. Kieling	Cerro Largo	C-901	8.525	344
Antonius P. M. Brouwers	Girúá	C-805	8.436	340
Granja Agro Suína Cerrolarguense	Cerro Largo	C-901	9.784	395

(*) Umidade corrigida para 13% alqueire = 2,42 hectare

Garanta a rentabilidade da sua lavoura fazendo adequadamente a colheita, o transporte e a armazenagem.

Plante esta idéia ! Plante Cargill.



Escritório Regional: Tel.: (055) 512-2269 - Fax: (055) 512-2703 - Santa Rosa, RS

SOJA

Semente tratada evita perdas

O tratamento da semente como forma de evitar a disseminação de doenças na lavoura de soja e a eficiência do uso de inoculante, foram tratados pelos pesquisadores da Embrapa do Paraná em palestra realizada em Ijuí, para o departamento técnico da Cotrijuí

Para falar aos técnicos da Cotrijuí sobre a importância do uso do inoculante na semente de soja e dos riscos de doenças como o cancro da haste, que pode ocasionar perdas totais em lavouras onde o produtor não tem o hábito de tratar a semente, estiveram em Ijuí dois pesquisadores da Embrapa/Centro Nacional de Pesquisa de Soja de Londrina, no Paraná. Ademir Assis Henning e Lineu Domitt estão percorrendo várias regiões produtoras de soja do país, proferindo palestras e alertando produtores e técnicos em relação a extensão das doenças e conseqüentes prejuízos.

A expansão da soja pelo cerrado, "quase sempre sem qualquer cuidado fitossanitário", vem sendo apontado pela pesquisa como a grande responsável pela disseminação de tantas doenças transmitidas pela semente. Muitas destas doenças, "e o cancro da haste é uma delas", explicou Ademir Henning, causam perdas nas lavouras de soja que podem chegar a 100 por cento. Já que o problema está criado, resta agora ao produtor, procurar soluções e estas, disse o pesquisador, passam pelo tratamento de sementes antes da semeadura, pela utilização de cultivares resistentes e pela adoção do sistema de rotação de culturas.

SEMENTE DE QUALIDADE - O sucesso de uma lavoura está diretamente relacionado ao plantio de sementes de qualidade. A esta condição, juntam-se o preparo do solo, a semeadura na época correta - quando o solo apresentar disponibilidade hídrica -, o controle das ervas daninhas e uma boa regulagem da semeadeira. Mas como nem sempre é possível o produtor fazer a semeadura dentro destas condições ideais, ele terá que buscar no tratamento das sementes com fungicidas a saída para evitar futuros prejuízos. "É uma forma do produtor evitar problemas e até replantios nas suas lavouras", avisa Henning, para quem o tratamento de sementes assume um caráter preventivo e representa menos de 0,5 por cento do custo total de produção.

Henning sugeriu ainda o tratamento de sementes por ocasião de semeaduras feitas em solos com baixa disponibilidade hídrica; quando a semente não é de boa qualidade - semente de padrão inferior com vigor de médio e baixo - e quando a semeadura for realizada em solos de baixa

temperatura e/ou de alto teor de umidade. Disse que o tratamento se faz necessário porque, em qualquer uma destas situações, a germinação e a emergência da planta ocorrem mais lentamente, "deixando a semente exposta a ação dos fungos de solo por mais tempo".

QUANDO E COMO TRATAR - O tratamento da semente deve ser feito antes do plantio, "uma vez que esta prática, quando realizada antes ou durante o período de armazenagem, além de inadequada, impede que o produto seja destinado à indústria", explicou. Aconselha o uso do fungicida antes da aplicação do inoculante "para garantir boa cobertura e aderência do fungicida à semente", garantiu. O papel do fungicida é proteger a semente contra os fungos do solo e da própria semente", disse ainda o pesquisador destacando a importância do fungicida ficar em contato direto com a semente.

Tanto o tratamento como a inoculação podem ser feitos com máquinas específicas. Este tratamento, segundo Henning, tanto pode ser realizado na unidade de beneficiamento como na propriedade, pelo próprio produtor. A máquina também pode ser substituída por um tambor giratório.

A existência de um equipamento específico para o tratamento de semente serviu, durante muito tempo de acordo com o pesquisador, como pretexto para adoção da prática. "Mas hoje, acrescenta, existem no mercado máquinas que realizam as duas operações - tratamento e inoculação". O uso destas máquinas apresenta como vantagens a redução de riscos de intoxicação dos operadores; uma melhor cobertura e aderência do fungicida e inoculante à semente; rendimento em torno de 60 a 70 sacos por hora e a possibilidade de transporte, podendo ser levada para a lavoura, engatada à tomada de força do trator.

ALERTA PARA O CANCRO - Já que o assunto era tratamento de sementes, Henning aproveitou a oportunidade para alertar os técnicos a respeito da expansão do cancro da haste da soja. Causado por um fungo que veio dos Estados Unidos e entrou no Brasil em 1988 via Paraná, o cancro já ganhou as regiões produtoras de soja do país. A doença começa pela haste da planta, causando lesão profunda. Quando ela ataca a planta, logo após os pri-

meiros dias de emergência, o prejuízo é certo, pois a planta não consegue se desenvolver e acaba morrendo. Infestações em plantas adultas não provoca a morte, embora os prejuízos apareçam na hora da colheita.

Clima favorável ao desenvolvimento do fungo e o plantio seguido de variedades suscetíveis pode levar o produtor a somar perdas de 100 por cento. Henning ilustrou esta situação contando que uma cooperativa do Paraná perdeu, em apenas um ano, quase 700 mil sacos de soja como conseqüência do cancro da haste nas



Ademir Henning
Alerta para os prejuízos com as doenças na soja

lavouras de soja de sua área de ação. Como forma de controle da doença, sugeriu o plantio de variedades resistentes, a prática da

rotação de culturas, "com preferência para o milho como planta a rotacionar", e o tratamento de sementes.

Folicur®

NÚMERO UM EM PRODUTIVIDADE

Exclusiva ação sistêmica

Prolongado período de proteção

Amplo espectro de ação

Folicur supera as expectativas de quem planta, revertendo o investimento em excelentes colheitas e grãos de alta qualidade



Bayer

Se é Bayer, é bom.



A força do inoculante

O nitrogênio pode chegar até a planta de várias formas: através da incorporação da matéria orgânica - restos culturais - de fertilizantes e uréia ou da fixação biológica. "E, neste caso, ele é feito apenas pelas leguminosas", explicou Lineu Domitt considerando que essa fixação só funciona quando ocorre uma perfeita parceria entre a bactéria e a planta. Essa parceria ocorre com a planta fornecendo alimento para a bactéria e esta, por sua vez, responde através do fornecimento de nitrogênio para a planta.

Ilustrando o valor e o perfeito funcionamento desta parceria, Domitt citou dados da FAO mostrando que existe um ganho de 60 a 169 quilos de nitrogênio por hectare apenas com fixação biológica. Revelou um dado da pesquisa feita no Brasil que mostra uma outra garantia: de 109 a 250 quilos de nitrogênio por hectare representam de 70 a 85 por cento das necessidades da planta.

Ao mostrar o lado econômico do uso do inoculante na lavoura de soja, "ainda sendo usado, na maioria dos casos, de maneira incorreta ou até nem sendo utilizado pelo produtor", Domitt comparou custos e disse que o uso de duas doses de inoculante por hectare representa um custo adicional de dois dólares. Mas a mesma dosagem de uréia, por exemplo, daria um custo adicional de 60 dólares por hectare, "isso sem considerar, no caso, as perdas que o produtor terá com o nitrogênio por lixiviação. Garante que esse cálculo em cima de toda a lavoura de soja plantada no Brasil, mostraria uma diferença de mais de US\$ 1 bilhão. Evidentemente que a eficiência da fixação deste nitrogênio no solo vai depender de alguns fatores como temperatura do solo e disponibilidade hídrica.

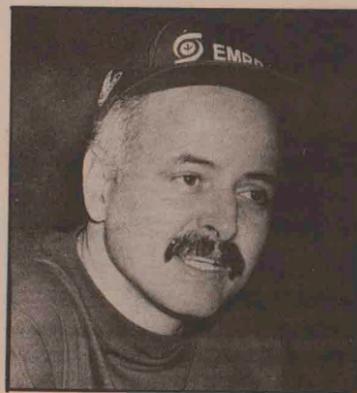
Ao procurar estabelecer uma relação direta do nitrogênio deixado pela soja com o nitrogênio na lavoura de trigo, plantada sem adubação, o pesquisador disse que queria mostrar a eficiência do inoculante quando substitui a adubação nitrogenada. "Quanto mais nitrogênio a soja deixar na lavoura, menos adubo nitrogenado o produtor vai precisar para lavoura de trigo", explicou.

Sempre procurando dar ênfase para o aspecto econômico da inoculação na semente de leguminosa, o pesquisador dis-

se que essa maquininha, "que é a da parceria entre a planta e a bactéria", encontra-se à disposição do produtor a um custo relativamente baixo e com resultados favoráveis levantados

pela própria pesquisa. Assegurado por estes resultados, disse que uma produtividade de 2.500 quilos de soja por hectare é atingida com 300 a 400 quilos de nitrogênio por hectare. Com a

fixação do nitrogênio pelo inoculante, essa necessidade fica praticamente suprida. "O nitrogênio que falta, a planta retira da matéria orgânica existente no solo", afirmou.



Lineu Domitt

A DuPont Produtos Agrícolas acaba de colher o que ela plantou todos esses anos:

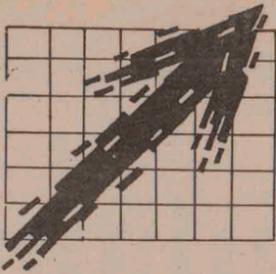


A fábrica de Produtos Agrícolas da DuPont no Brasil, em Barra Mansa, acaba de receber um certificado internacional de qualidade: o ISO 9000. Isso significa que a fábrica está operando dentro dos mais altos padrões de qualidade. E, com certeza, significa que, ao comprar um produto DuPont, você está adquirindo um dos melhores do mundo na categoria. Ou seja, a DuPont conquistou o certificado, mas quem sai ganhando com isso é você.



DuPont Produtos Agrícolas

Argemiro Luís Brum
CEEMA/Unijui



Os desafios da municipalização da agricultura

As perspectivas para os produtos de mercado interno são boas, caso a estabilização da economia, o Mercosul e a agroindustrialização sejam compreendidos como novos eixos do desenvolvimento agrícola regional. Dentro deste espírito, alguns elementos para reflexão merecem atenção, pois ainda não estão consolidados

No momento em que escrevemos este artigo, o Plano Real - terceira fase do Plano de Estabilização Econômica - acaba de festejar o seu primeiro mês de vida. Através dele, algumas conclusões podem ser tiradas. Em primeiro lugar, esta terceira fase se confirma recessiva - há pouco dinheiro à disposição do mercado. Em segundo lugar, notamos que a demanda está contida, porém, em alimentos - produtos da cesta básica a mesma deve crescer caso os preços se acomodarem, como o sinalizado em julho - a Cesta Básica medida em Ijuí acusou um aumento de 2,09 por cento no mês de julho e de 23,1 por cento nos primeiros sete meses deste ano, quando medida em reais. Em terceiro lugar, torna-se evidente hoje que o governo privilegia os produtos de mercado interno - além de mais recursos, o governo espera um crescimento de 10 por cento na produção destes produtos. Para tanto, os juros não deverão ser tão elevados para os mini e pequenos produtores - no momento em que escrevamos este artigo, apesar das inúmeras promessas, o Plano Safra 94/95 não havia ainda sido anunciado, demonstrando que o governo estava tendo sérios problemas para adaptá-lo ao contexto mais amplo do Plano Real. Enfim, o câmbio na sua paridade de R\$ 0,93 comprando US\$ 1,00 acaba favorecendo os produtos de mercado interno em detrimento das exportações. Mas esta questão é uma faca de dois gumes, pois o real muito valorizado acaba favorecendo também as importações. Entra aí, em jogo a questão das tarifas de importações, pois acabamos importando subsídios ao reduzirmos as nossas tarifas, fato que penaliza nossos produtores. Isto nos leva ao Mercosul.

A TARIFA EXTERNA COMUM NO MERCOSUL

Um dos grandes pontos de discussão junto ao Mercosul é a definição da Tarifa Externa Comum - TEC. Os produtos agropecuários já estariam definidos. A tal ponto que suas tarifas externas giram em média em torno de 10 por cento. Se isto realmente se confirmar - uma reunião do Mercosul, para discutir esta questão, estava prevista para os pri-

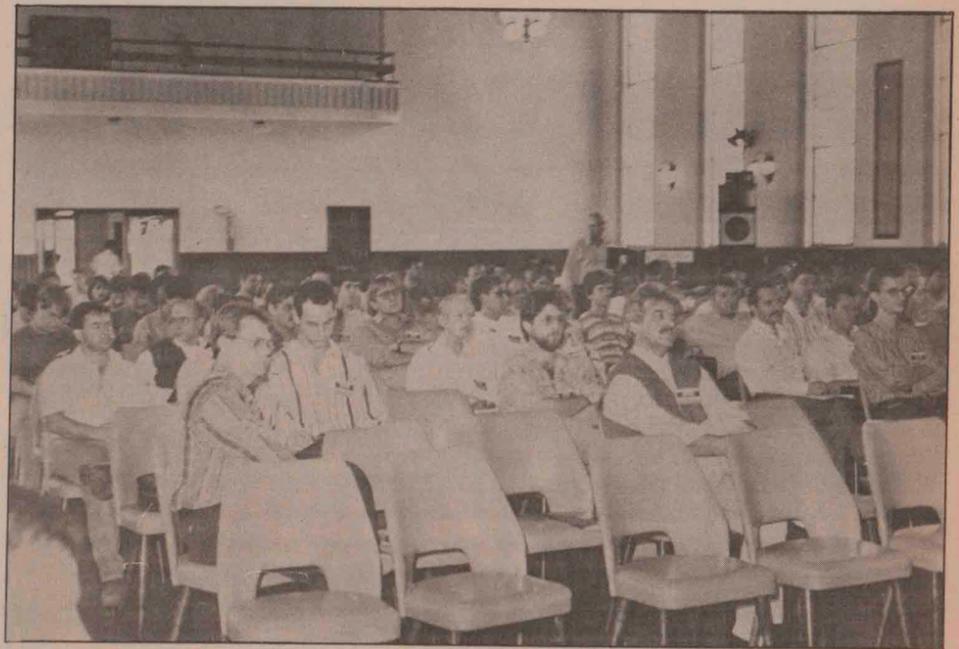
meiros dias do mês de agosto -, estaremos caracterizando uma tarifa externa relativamente baixa. Isto favorece a entrada de produtos agropecuários de terceiros países, em boa parte ainda fortemente subsidiados.

Por sua vez, a zona de livre-comércio, que deverá funcionar a partir de 1º de janeiro de 1995, vem sofrendo alguns percalços no seu cronograma de implantação. Mesmo que ela venha a ser implantada no tempo previsto inicialmente, a mesma deverá trazer poucos reflexos adicionais aos produtos agropecuários de mercado interno.

Em nosso entender, o maior complicador para o Brasil, a partir de agora, é efetivamente o câmbio e sua nova paridade. Nossos produtos perdem a competitividade cambial e, por consequência há mais facilidade dos produtos oriundos dos países vizinhos entrarem no Brasil. Ao mesmo tempo, temos mais dificuldades para vender a eles.

Se é verdade que, a nível de propriedade rural, temos problemas de competitividade em relação a Argentina - sobretudo se levarmos em conta a competitividade direta na produção, privilegiando as vantagens comparativas, tanto agroecológicas como de custos e a importância econômica social independente das vantagens comparativas -, especialmente junto à produção de trigo, milho, soja, girassol, carne bovina, leite, lã, arroz, legumes, maçãs e frutas de caroço, ocorre que somos eficientes em praticamente tudo a partir da propriedade. Ou seja, nossa agroindústria é mais eficiente, competitiva na medida em que grande parte da indústria dos demais parceiros, especialmente a Argentina, está bastante sucateada.

Isto nos leva a necessidade de agregarmos maior valor ao produto via industrialização. O conceito de verticalização dentro da cadeia de produção ganha força e a agroindústria volta a assumir um papel importante. A própria necessidade de viabilizar a diversificação neste novo contexto leva a este caminho.



Seminário da Municipalização da Agricultura em Ijuí
Em discussão, a elaboração de uma proposta para o Estado

O DESAFIO DE INTERIORIZARMOS A AGROINDUSTRIALIZAÇÃO

Mas industrializarmos o produto agropecuário merece uma atenção redobrada atualmente. Em primeiro lugar, não podemos seguir o mesmo caminho da modernização agrícola dos anos 50, onde todos, indistintamente de sua estrutura agrícola, sua capacidade de produção, seu conhecimento, entre outros, passaram a modernizar suas propriedades via mecanização e endividamento - enquanto o "sócio governo" bancou, o processo evoluiu relativamente bem, porém, no momento em que ele se retirou, a crise se instalou definitivamente no setor primário nacional. Neste sentido, e em segundo lugar, a agroindustrialização necessita de um planejamento, buscando uma implantação de caráter regional para que possa viabilizar. Devemos avançar no processo de industrialização dos produtos de matéria-prima bruta, para uma valorização do produto ainda na região de produção, agregando valor via industrialização. Uma condição necessária ao aumento de empregos no interior, ao recuo da migração campo-cidade e a uma redução do êxodo rural.

Neste contexto, urge que os municípios busquem ações comuns, concentrando mais esforços ao setor primário. O Estado Federal está falido e não tem mais propostas para o setor - do mínimo necessário para a próxima safra de verão - US\$ 7,6 bilhões - consta que o governo possui US\$ 2,4 bilhões, sendo que apenas US\$ 500 milhões seriam recursos novos. Para tanto, precisamos deixar de lado as questões locais e pensarmos mais o regional. Assim, a associação de investimentos com empresas privadas, especialmente as cooperativas, é um caminho a ser estudado.

Em outras palavras, a maior liberalização da economia global põe em xeque qualquer projeto agroindustrial individual, que venha a se multiplicar em regiões geograficamente próximas, pois ele perde sua competitividade.

Desta forma, a produção agroindustrial não deve ser municipal mas sim regional. E esta requer mercado interno regional forte, que venha a consumir o que se produz. Colocar agroindústria visando especialmente o

mercado "externo" à região enfraquece o setor, pois o coloca dependente de mercados geralmente restritos - espera-se que o Plano Real dê mais fôlego ao mercado interno em geral.

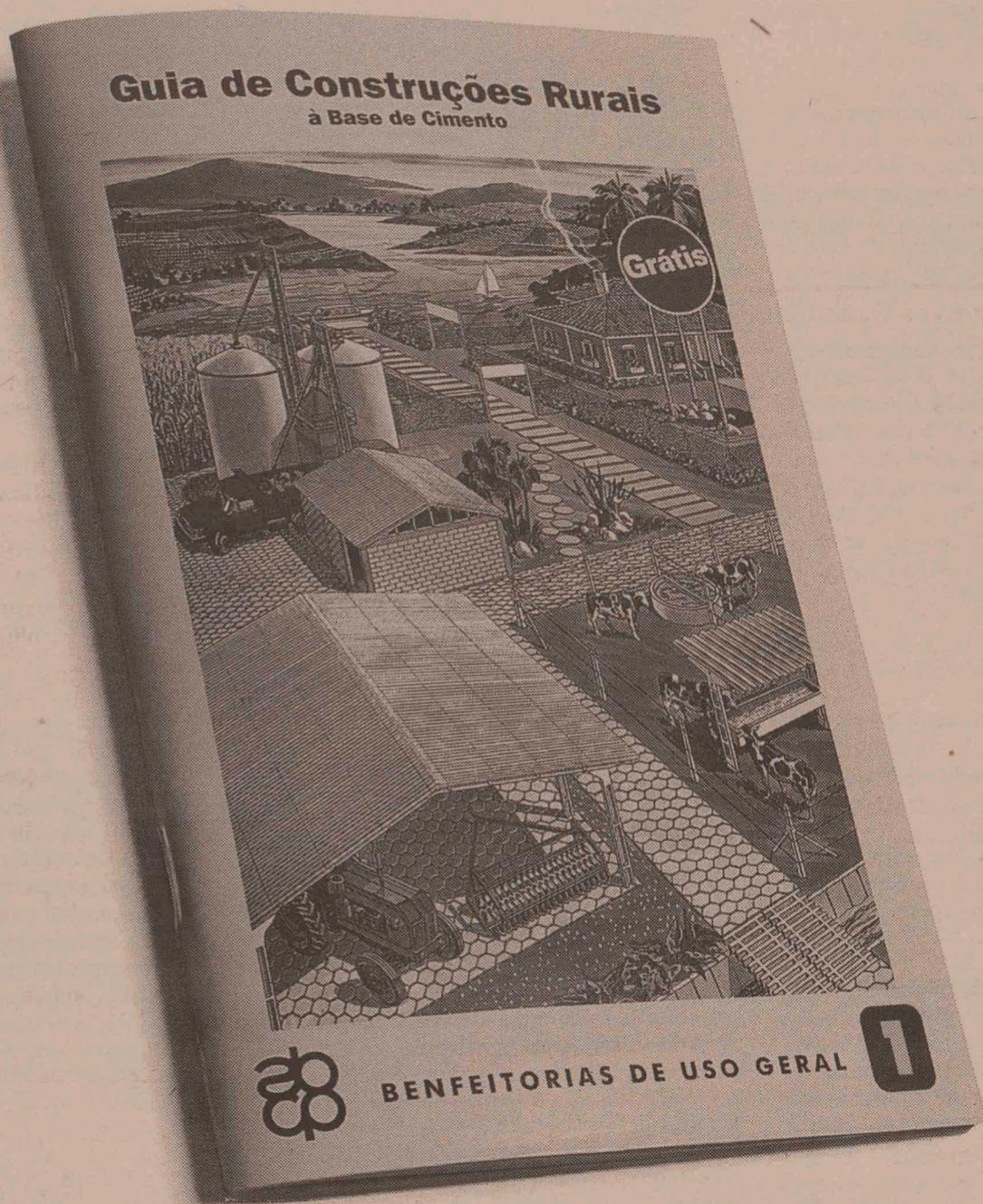
CONCLUSÕES

Estamos falando de uma atividade que gera a maior parte da riqueza dos municípios do interior do Estado. Contraditoriamente, boa parte destes municípios não possui ou não possuía até estes dias, Secretaria da Agricultura. Assim, uma questão de prioridade se instala a fim de que saibamos da acomodação que o guarda-chuva federal nos proporcionou durante longos anos. Com a retirada paulatina deste guarda-chuva, estamos buscando soluções. Uma das propostas nos leva a comprometer mais diretamente os municípios numa interação com as entidades de produção agropecuárias locais.

Isto não significa que o Estado deva se retirar do processo, mas que certas atividades devem ser estimuladas localmente. Ou seja, alguns pontos fundamentais para o desenvolvimento agrícola e que podem ser vistos como sinônimo de investimento na agricultura devem ser de competência dos municípios. Penso, além do apoio e uma integração regional viabilizadora do processo agroindustrial, que se torna de competência dos municípios, dentre outras coisas, a melhoria do solo - via projetos de microbacias - e de sua fertilidade, a construção e manutenção de estradas vicinais e sistemas de armazenagem localizados na zonas de produção, o revigoramento da educação e do ensino no meio rural, um sistema de saúde municipal acessível ao meio rural, a viabilização da subsistência alimentar para todos aqueles que têm acesso a terras e de um sistema de distribuição de alimentos para os que indiretamente dela dependem, o estímulo e a vulgarização da tecnologia agrícola buscando acelerar a difusão das tecnologias.

Em outras palavras, a municipalização da agricultura significa ir além do processo produtivo propriamente dito. Para tanto, os municípios devem perceber que o setor agrícola deve ser considerado como motor de seu próprio crescimento e não como simples fonte de excedentes onde o resto da economia vem sugar.

PARA FAZER UMA VEZ SÓ, FAÇA BEM FEITO. BENFEITORIA É DE CIMENTO.



Chegou o 1º Fascículo do **Guia de Construções Rurais à base de cimento**, com dezenas de dicas para você construir benfeitorias com toda economia e durabilidade: como fazer um galpão, uma cerca, um reservatório, uma moradia, um bebedouro, um mata-burro, etc. Para receber seu exemplar totalmente grátis, é fácil: basta recortar o cupom abaixo, preencher, colocar num envelope e enviar para: **Caixa Postal - 8796 CEP 01065 - 970 - São Paulo-SP**. E junto com o Fascículo nº 1 você recebe também o Fascículo nº 2 - **COMO USAR OS MATERIAIS** - com mais dicas para você.

Sim! Quero receber, totalmente grátis, o 1º Fascículo do Guia de Construções Rurais à base de cimento.

Nome:
 Nome da Propriedade: Tamanho(ha)
 Endereço: Tel: (0)
 Cidade: Estado: CEP:
 Atividades desenvolvidas na Propriedade: Agricultura Pecuária Outras
 Qual benfeitoria você tem prioridade em construir?



ARTIGO

Manejo da alimentação de vacas leiteiras

Jair da Silva Mello

A alimentação do rebanho leiteiro é um dos principais componentes de um sistema de produção de leite e um item que representa uma porção importante dos custos de produção. Daí a importância de se estabelecer para cada vaca ou para cada rebanho leiteiro em seu conjunto, uma estratégia de alimentação de maneira a distribuir o alimento disponível, ao longo do ciclo de produção, de modo a obter a máxima produção de leite.

A idade, ao primeiro parto, intervalo entre partos e produção de leite por lactação, são fatores altamente dependentes do nível de alimentação e de um melhor nível de alimentação no pré-parto. Este conjunto vai resultar em uma maior produção de leite durante a lactação seguinte.

O ESTADO CORPORAL - O estado corporal ou escore da condição corporal, é uma estimativa subjetiva da quantidade de gordura subcutânea que o animal possui e que constitui suas reservas de energia. A avaliação visual é feita de uma escala de 1 a 5. Um melhor estado corporal no parto não somente reduz o intervalo parto-concepção - com redução no intervalo entre partos -, como também resulta em maior produção de leite na lactação, pois neste caso, as reservas energéticas estarão em seu ponto mais alto.

No início da lactação - parto até 60 dias -, o estado corporal do animal decresce de maneira notória. No momento em que alcança o pico de lactação, o animal enfrenta um período de altos requerimentos energéticos. Nesta fase ocorre um balanço energético negativo e o animal perde peso, conforme é possível conferir no gráfico 01.

A avaliação da condição corporal é uma tarefa que exige muita prática de observação a partir dos critérios existentes. Pode ser realizada no período de vaca seca, na parição aos 30-60 dias pós-parto e na cobertura.

MANEJO ALIMENTAR NO INÍCIO DA LACTAÇÃO - Ao parir, a vaca deve estar com uma condição corporal de 3,5 a 4,0 pontos. A perda de peso que ocorre nesta fase não deve ser superior a 1,5 pontos entre o parto e 30 dias de lactação. Logo, a pontuação mínima aceitável - de 2,0 a 2,5 - é fundamental para atingir altos níveis de produção de leite, sem comprometer o desenvolvimento

reprodutivo.

Imediatamente após o parto, as necessidades alimentares são elevadas. A composição total da dieta das vacas nesta fase deve conter de 16 a 18 por cento de proteína bruta, 17 a 22 por cento de FDA e abaixo de 30 por cento de FDN. Para vacas de alta produção, a ração pode chegar a 60 por cento do consumo total de alimentos - volumosos + concentrados -, nos primeiros 100 dias de lactação. Porém torna-se necessário um monitoramento criterioso da dieta, inclusive com a adição de substâncias tamponantes do rúmen.

a dieta total deve estar formada por silagem de milho - com alta quantidade de grãos -, pastagens de excelente qualidade - misturando consorciações de gramíneas com leguminosas -, um bom feno e ração concentrada.

a ração poderá ser aumentada nos pós-parto até os 10 dias de lactação, de forma gradativa. Nesta fase, com maior fornecimento de ração, a vaca poderá responder melhor e chegar a uma maior produção de leite no pico da lactação. Vários trabalhos demonstram que o aumento de um quilo de leite no pico da lactação poderá representar 200 quilos ou mais de leite em toda a lactação.

o ajuste na dieta deve ser feito quinzenalmente, em função da produção de leite e da condição corporal de cada vaca.

vacas que estiverem em condição corporal inferior a 2,0, deverão receber uma quantidade maior de ração, para que possam atingir a condição corporal ideal da fase.

além do fornecimento de sal mineral à vontade, em cocho coberto, vacas com produção de leite superior a 15 quilos/dia deverão receber sal mineral misturado a ração.

todo o manejo da alimentação deve ser feito em função da produção e condição corporal. Nos primeiros 80-90 dias da lactação, uma vaca adulta não pode perder mais do que 10 por cento do seu peso vivo. Já para novilhas de primeira cria, a perda de peso não poderá ser superior a oito por cento do seu peso vivo.

O gráfico 02 mostra a importância da alimentação no pré-parto. Um maior nível de alimentação no pré-parto resulta em maior produção de leite durante a lactação seguinte, desde o início, comparado a uma vaca com um baixo nível

Tabela 1: Parâmetro para avaliação do escore da condição corporal - ECC

FASE LACTAÇÃO	ECC
100 a 60 dias antes Da secagem	3,0 a 3,5
Na secagem	3,5 a 4,0
No parto	3,5 a 4,0
20 a 40 dias pós-parto	2,0 a 3,0
90 a 120 dias pós-parto	2,5 a 3,0

Fonte: Santos, T. et alii, 1993.

alimentar pré-parto. A alimentação pós-parto, com alto nível energético, complementação a de pré-parto, é também responsável pela maior produção de leite na lactação, e uma condição necessária para reduzir o intervalo parto-concepção e intervalos entre partos.

MANEJO ALIMENTAR NA FASE INTERMEDIÁRIA - Esta fase compreende entre 80 a 150 dias de lactação. Neste período, a vaca encontra-se com a máxima capacidade de ingestão de matéria seca, não está perdendo peso, deverá estar gestando, a produção de leite está diminuindo e não há respostas econômicas no aumento da quantidade e qualidade da dieta.

Nesta fase a vaca deve iniciar a reposição de suas reservas corporais perdidas na primeira fase. A dieta deverá estar constituída por muito volumoso como silagem, feno e pastagens de alta qualidade. A ração deve estar restrita à produção de leite e a condição corporal. Um aumento na quantidade de ração não será econômico.

Estudos realizados nos Estados Unidos demonstram que a eficiência na conversão da energia consumida, em tecido corporal, é de 60 por cento na lactação e de apenas 40 por cento no período seco. Por isto, este período é fundamental para a vaca recuperar o peso perdido.

MANEJO ALIMENTAR NA FASE FINAL DE LACTAÇÃO - Nesta fase, os requerimentos são bastante reduzidos. A proteína bruta na dieta se situa ao redor de 12 a 13 por cento, Fibra Detergente Ácido (FDA) em torno de 35 por cento e Fibra Detergente Neutro (FDN) variando entre 35 a 45 por cento.

Como a vaca deve chegar ao fim da lactação com a mesma condição corporal

Tabela 2: Qualidade da dieta em um programa de alimentação dividido em quatro períodos

NUTRIENTES	ESTÁGIO DE LACTAÇÃO (DIAS)			
	INÍCIO (0-70)	MEIO (71-140)	FIM (141-305)	PERÍODO SECO 305
E. L. lact. (Mcal/Kg)	1,64-1,80	1,48-1,59	1,34-1,48	1,23-1,34
Proteína bruta (%)	16-18	13-15	12-13	11-12
Fibra em detergente ácido (FDA) - %	17-22	28-34	34-39	39-44
Fibra em detergente neutro (FDN) - %	25-29	31-36	37-42	48-50
Cálcio - %	0,70-0,78	0,62-0,70	0,37-0,56	0,37
Fósforo - %	0,46-0,48	0,41-0,46	0,26-0,37	0,26
Mg - %	0,22	0,22	0,22	0,18
Sal (NaCl) %	0,46	0,46	0,46	0,25

Fonte: CPAQ, 1987, citado por Santos et alii, 1993.

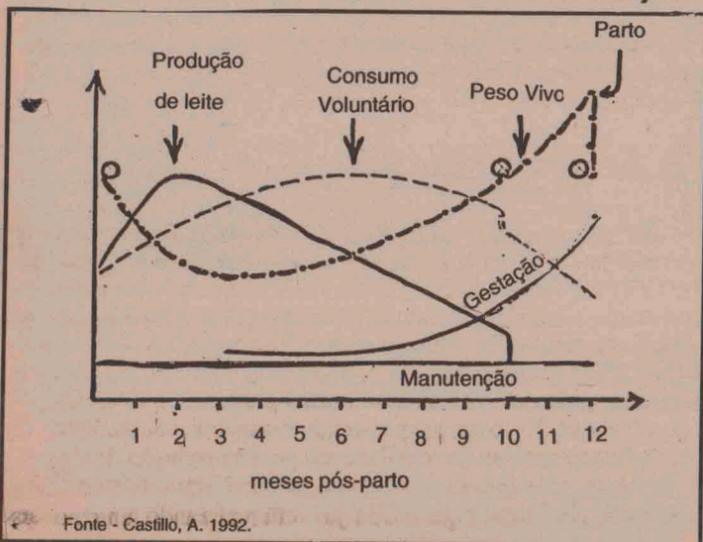
que possuía no parto, este é o momento ideal para que o produtor faça o ajuste na alimentação, visando a recuperação do peso. Torna-se necessário aumentar a fibra na dieta e, ao aproximar-se a secagem, suspender o fornecimento de ração, além de cortar pela metade o fornecimento de silagem.

MANEJO ALIMENTAR NO PERÍODO SECO - Este período inicia aos 60-70 dias antes do parto, quando a vaca deve estar com uma condição corporal 3,0 a 3,5. A alimentação deve ser exclusiva com volumosos como pastagens e feno. Aos 30 dias antes do parto, pode-se iniciar o fornecimento de ração, na base de um quilo/dia. Dependendo da qualidade da dieta e da condição corporal, pode-se aumentar a ração até o máximo de 1 por cento do peso vivo, no momento do parto. A silagem de milho deve ser introduzida de forma gradativa e progressiva num período de quatro a seis semanas após o parto. Na fase final do período seco, a silagem deve ficar limitada a 15 quilos/dia.

A alimentação de rebanhos leiteiros, em todas as suas fases, deve ser criteriosa quanto a escolha, qualidade e quantidade dos alimentos que compõe a dieta. A condição corporal e a produção de leite em cada fase, são ferramentas de manejo indispensáveis para que o técnico possa dar uma correta orientação. É preciso saber manejar critérios e adaptá-los a situação de cada rebanho e de cada propriedade e não simplesmente usar receitas prontas.

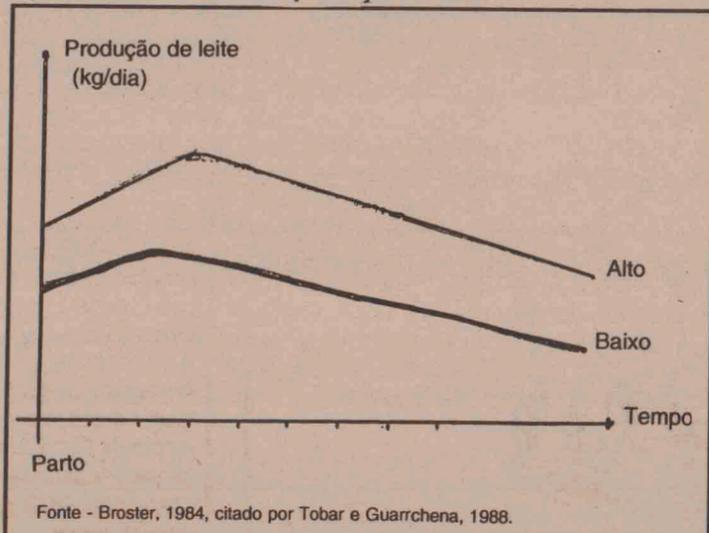
Jair da Silva Mello é engenheiro agrônomo e Coordenador do Programa de Pecuária Leiteira da Cotrijui

Gráfico 01 - Relação entre a produção de leite, consumo de matéria seca e peso vivo durante a lactação



Fonte - Castillo, A. 1992.

Gráfico 02 - Efeito do nível de alimentação pré-parto sobre a produção de leite



Fonte - Broster, 1984, citado por Tobar e Guarrchena, 1988.

Bibliografia consultada

- CASTILLO, A. Nutricion e Alimentacion del Ganado Lechero. In. XIII Curso Internacional em Produccion Lechera, INTA, EEA - Rafaela, setembro 1992
- DILLÓN, J. Requerimientos Nutricionales de Vacas Lecheras. III Jornada de Nutricion Animal. Esperanza, Santa Fé, Argentina, setembro 1992
- REARTE, D. H. Alimentacion e Composicion de La Leche INTA, EEA - Balcarce, marzo 1992
- SANTOS, G. T. et alii Manejo Geral del Rebanho Leiteiro. Revista Gado Holandês, p. 28-37, nº 413, fev. 93
- TOBAR, G. A. J. e GUARROCHENA, R. Estrategia de Alimentacion de la Vaca Lechera. INTA, EEA - Rafaela, 1988
- WEIDMANN, P. Manejo del Ganado Lechero. In. XIII. Curso Internacional em Produccion Lechera. INTA, EEA - Rafaela, setembro 1992.

PRODUTOR PERGUNTA EMBRAPA RESPONDE

Fonte: Embrapa/Centro Nacional de Pesquisa de Gado de Leite - Coronel Pacheco/Minas Gerais

Quais as características de um bom concentrado para terneiras?

O sucesso do desaleitamento ou da desmama precoce depende do consumo de concentrado. Este consumo pode ser afetado, entre outros fatores, pelas características do concentrado e do manejo alimentar adotado. Um bom concentrado para terneiras deverá ser bastante palatável. Ao prepará-lo, atentar para os seguintes pontos:

- textura grosseira - os ingredientes finamente moídos reduzem o consumo e a peletização pode melhorá-lo;
- sabor adocicado - misturas comerciais normalmente contêm de 5 a 7 por cento de melaço;
- a variedade de ingredientes pode melhorar a aceitabilidade;
- nível baixo de fibra - alto em energia, 70 a 80 por cento de nutrientes digestíveis totais - NDT, que é o indicativo do valor energético do alimento;
- minerais e vitaminas para suprir as exigências dos animais.

Qual a melhor pastagem para a terneira?

As pastagens para terneiras devem ser constituídas por forrageiras de boa qualidade - composição química e palatabilidade - e porte baixo. São recomendadas as aveias, azevém, trevos, Bermuda, entre outras.

Como deve ser a alimentação das terneiras durante o primeiro ano de vida?

Nos primeiros seis meses de vida, independente da época do ano, as terneiras devem receber um concentrado com 16 a 18 por cento de proteína bruta, além do feno ou pasto. Ao se formular o concentrado se recomenda a inclusão de alimentos com alto valor energético, como milho, por exemplo. A quantidade deste concentrado dependerá da taxa de ganho de peso desejada, fornecendo-se de um a dois quilos por animal por dia, para ganho de 500 a 600 gramas por dia. Dos seis aos 12 meses de idade, as terneiras devem continuar recebendo o mesmo concentrado, em

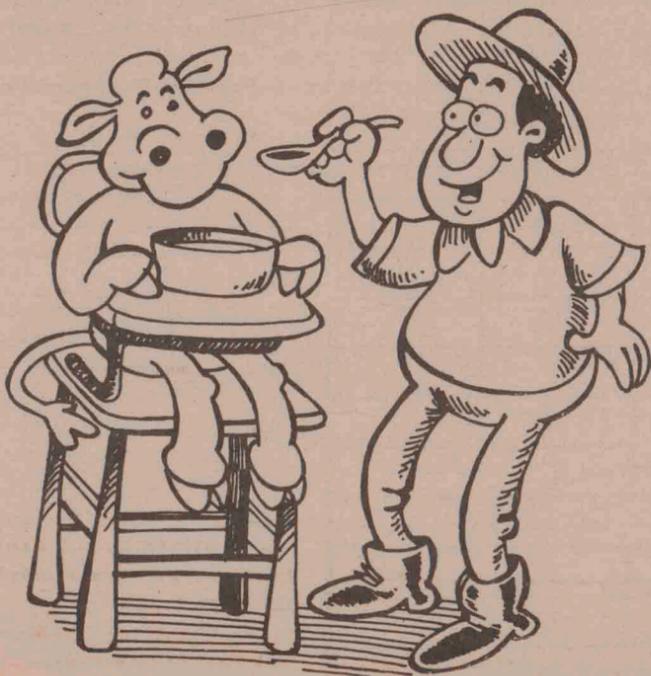
menor quantidade, dependendo da taxa de ganho desejada. É recomendável que sejam mantidos em pastos de boa qualidade e na época de menor crescimento do pasto, aconselha-se a inclusão de uma alimentação volumosa suplementar com silagem ou feno.

Quais as características de uma boa instalação para as terneiras?

Essa instalação deve ser de baixo custo, oferecer conforto para os animais e facilitar o manejo, principalmente no que diz respeito à mão-de-obra. Acredita-se que um dos principais fatores relacionados com a alta taxa de mortalidade de terneiras jovens seja o uso de instalações inadequadas. Certos tipos de instalações exigem muita mão-de-obra, dificultando a execução das tarefas de rotina. Alguns aspectos desejáveis já foram identificados: limpeza do local, separação das terneiras por idade; baixa umidade; proteção contra os ventos fortes; camas secas; boa ventilação e sombra à vontade. Principalmente nos dois primeiros meses de vida, as terneiras devem ser mantidas isoladas umas das outras, permitindo melhor observação dos animais durante essa fase, que é a mais crítica.

Quais são as vantagens na utilização de abrigos individuais - casinhas - na criação de terneiras?

A vantagem principal do uso de abrigos individuais em relação as terneiras convencionais, está justamente na sua mobilidade. Com a possibilidade de mudança de local do abrigo entre uma terneira mais velha que sai, e outra recém-nascida que entra, procura-se quebrar o ciclo de vida dos organismos causadores de doenças, reduzindo, desta forma, os gastos com medicamentos. Cuidados devem ser tomados por ocasião da escolha do local para os abrigos, que devem ficar em terrenos secos e bem drenados, com a parte aberta voltada para o sol nascente e as partes laterais e traseira voltadas para os ventos dominantes e a chuva. A maior desvantagem dos abrigos é para o tratador, sujeito as intempéries enquanto lida com os animais.



COLUNA DO LEITE

Coordenação: Engenheiro agrônomo Jair da Silva Mello

Financiamento de pastagens de verão

A partir deste mês, a Cotrijuí estará repassando fertilizantes e sementes de forrageiras para a formação de pastagens de verão e das áreas de milho para silagem. Os recursos foram repassados pela CCGL, para pagamento em leite.

- **Crítérios para a liberação** - o produtor de leite que estiver interessado neste sistema de financiamento, deverá procurar a sua Unidade da Cotrijuí e solicitar a liberação e retirada dos insumos necessários. O financiamento só será fornecido aos produtores que entregaram leite de forma ininterrupta durante os últimos 12 meses, podendo comprometer até 50 por cento da produção entregue no mês anterior - no caso, julho de 1994.

- **Objeto do financiamento** - serão financiados sementes de milho, capim sudão, sorgo forrageiro e milho para silagem e ainda o adubo e a uréia necessários para a formação das pastagens.

- **Forma de pagamento** - no momento da aquisição das sementes e fertilizantes, o valor referente a compra das sementes e fertilizantes será convertido em litros de leite, a serem pagos pelo produtor com o leite produzido nos meses de outubro, novembro e dezembro. Ou seja, o valor total será parcelado em três vezes para pagamento em produto. Os produtores interessados devem procurar a sua Unidade para obter maiores informações a respeito do financiamento, discutir com os técnicos o melhor material de milho híbrido para silagem, bem como aspectos relacionados com semeadura e adubação, visando obter alta produção de massa verde para a silagem.

Compras nas lojas para pagamento em leite

A Cotrijuí está oferecendo aos seus associados produtores de leite a possibilidade de adquirir produtos em suas lojas para pagamento em leite. Os produtores poderão comprar desde gêneros alimentícios até rações, sal mineral, medicamentos e peças em geral.

As compras poderão ser feitas no período que se estende do primeiro ao último dia útil de cada mês. Para melhor controle do próprio produtor, estas compras devem ser concentradas, ou seja, realizadas num único dia. Uma programação do produtor em cima das suas necessidades vai tornar este sistema ainda mais eficiente e prático. O total da compra será convertido em litros de leite e o pagamento feito com a produção do mês da compra. Os produtores de leite interessados neste sistema devem procurar suas Unidades para obter a autorização de compra. Ele poderá comprometer até 50 por cento da produção de leite do mês anterior.

Prêmio qualidade do leite

Durante o mês de agosto, todas as Unidades da Cotrijuí estarão discutindo com sua Comissão de Produtores de Leite, as novas normas para o pagamento do **Prêmio Qualidade**. Na primeira quinzena do mês de setembro, ocorrerá em Ajuricaba a reunião da Comissão Regional do Leite. Na oportunidade, cada Unidade da Cotrijuí deverá apresentar a sua proposta. Após as discussões e acerto de detalhes, será formulada a proposta definitiva para o Prêmio, válida para toda a área de ação da cooperativa e a ser colocada em prática a partir de outubro.

Portanto, os produtores que tiverem sugestões para melhorar as atuais normas do Prêmio Qualidade, deverão conversar com os representantes da Comissão de Leite da sua Unidade. É importante a participação de todos na formulação de uma nova proposta.

Reunião do Comitê dos Produtores de leite do sistema CCGL

No próximo dia 30 de agosto, será realizada em Esteio, durante a realização da Expoiner, mais uma reunião do Comitê de Produtores de leite do sistema CCGL. Os associados e produtores de leite da Cotrijuí estarão representados pelos cinco produtores, membros do Comitê. São eles Elmário Korb, de Ijuí, Jorge Matte, de Augusto Pestana, Régis Porazzi, de Ajuricaba, Irineu Pollo, de Santo Augusto e Wilson Rotilli, de Chiapetta.

Levantamento de informações

A estrutura de produção de leite dentro da propriedade vem sendo levantada em trabalho realizado em algumas das Unidades da Cotrijuí. O trabalho de levantamento de informações vem sendo realizado junto aos produtores de leite e tem como objetivo servir de instrumento para que as Unidades possam identificar melhor os problemas e as dificuldades que seus associados vêm enfrentando e encaminhar soluções.

A Unidade de Ijuí, por exemplo, já realizou este tipo de levantamento, constatando a vontade de grande número de produtores de leite de formar grupos de ensiladeiras. A partir desta vontade, é possível que 30 novos grupos sejam formados, contando com o apoio da Cotrijuí através do financiamento das ensiladeiras para a produção de silagem já para o próximo ano. Portanto, este tipo de levantamento serve para incrementar e aproximar ainda mais o trabalho de fomento que a Cotrijuí vem realizando junto ao seu quadro social.

EVOLUÇÃO DOS PREÇOS AGRÍCOLAS



LUÍS JULIANI
Economista Rural

ANO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Média
1 - SOJA US\$/SACA													
MÉDIA 14 ANOS	10,75	10,40	10,52	10,59	10,82	10,71	10,64	11,11	11,31	11,39	11,46	11,26	10,90
1992	10,11	9,50	9,24	8,72	9,12	10,10	9,79	10,19	11,58	11,31	10,90	11,58	10,18
1993	11,27	11,10	10,01	9,52	9,87	10,18	12,07	12,04	11,85	11,71	12,17	12,75	11,21
1994	12,63	12,46	12,04	11,04	11,14	11,89	11,0						11,74
Preço e dólar médio do mês													
2 - MILHO US\$/SACA													
MÉDIA 14 ANOS	6,59	6,18	6,06	6,21	6,29	6,56	6,24	6,26	6,53	6,70	7,00	6,79	6,40
1992	5,62	4,72	4,23	-	5,43	5,43	5,84	5,95	6,43	6,17	6,70	6,28	5,71
1993	6,64	5,94	5,54	5,55	6,03	6,23	6,38	6,58	6,92	6,92	7,48	7,78	6,50
1994	6,94	6,06	6,02	6,02	6,09	6,18	6,81						6,30
Preço e dólar médio do mês													
3 - TRIGO US\$/SACA													
MÉDIA 14 ANOS	10,48	9,77	-	11,78	11,78	11,55	11,70	10,52	11,32	11,09	10,96	10,83	11,32
1992	-	-	7,97	7,88	8,04	8,07	9,55	8,14	8,10	8,13	8,11	8,68	8,27
1993	7,98	8,07	8,12	7,67	7,88	7,72	7,49	7,68	7,29	6,80	7,11	7,18	7,58
1994	6,64	6,90	6,90	6,90	6,89	6,79	7,44						6,92
Preço e dólar médio do mês													
4 - SUÍNOS US\$/KG													
MÉDIA 14 ANOS	0,70	0,73	0,76	0,71	0,73	0,79	0,73	0,71	0,69	0,70	0,67	0,73	0,75
1992	0,54	0,58	0,53	0,52	0,51	0,56	0,55	0,57	0,60	0,59	0,59	0,82	0,58
1993	0,81	0,76	0,73	0,68	0,62	0,68	0,75	0,69	0,67	0,68	0,73	0,83	0,71
1994	0,72	0,68	0,67	0,61	0,61	0,63	0,69						0,65
Preço e dólar médio do mês													
5 - BOVINOS US\$/KG													
MÉDIA 14 ANOS	0,66	0,62	0,61	0,60	0,61	0,64	0,70	0,76	0,77	0,76	0,73	0,74	0,71
1992	0,57	0,51	0,46	0,47	0,60	0,56	0,79	-	0,79	0,66	0,61	0,74	0,61
1993	0,66	0,69	0,63	0,70	0,71	0,65	0,85	0,88	0,85	0,79	0,68	0,72	0,73
1994	0,73	0,62	0,73	0,63	0,58	0,67	0,79						0,67
Preço e dólar médio do mês													
6 - LEITE US\$/LITRO (1)													
MÉDIA 14 ANOS	0,21	0,21	0,21	0,23	0,23	0,22	0,21	0,21	0,20	0,21	0,20	0,19	0,21
1992	0,18	0,18	0,19	0,18	0,21	0,20	0,18	0,17	0,16	0,18	0,18	0,18	0,18
1993	0,18	0,18	0,21	0,22	0,23	0,23	0,23	0,22	0,22	0,22	0,21	0,19	0,21
1994	0,19	0,18	0,19	0,20	0,19	0,19	0,21						0,19
Preço e dólar médio do mês - (1) não está incluído o leite extra cota													
7 - PEIXE US\$/KG													
1994	0,58	0,62	0,65	0,63	0,58	0,57	0,79						0,63
Preço e dólar médio do mês - (1) Não está incluído o leite extra cota													

Fonte: Assessoria de Estudos Econômicos/Comercialização-Cotrijuí -
Elaboração - Economia Rural

ÍNDICES ECONÔMICOS 1994

ÍNDICES%	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Junho	Julho	Agosto
INPC-IBGE	40,30	40,57	43,08	42,86	42,73	48,24	7,75	
IGP-M FGV	39,07	40,78	45,71	40,91	42,58	45,21	40,00	
IGP - FGV	42,20	42,24	44,83	42,46	42,95	46,58	0,5618	0,5911
UFIR Cr\$	187,77	261,32	365,06	524,34	740,63	1.068,86	0,24	
UREF	89,67	127,16	179,10	260,29	370,32	548,19		
POUPANÇA *	41,79	42,89	42,55	49,03	47,17	47,60	5,55	
DÓLAR Cr\$								
Último/mês	450,08	627,70	913,17	1.302,10	1.875,1	2.228,58	0,937	
X mensal	381,66	544,33	755,21	1.078,51	1.843,58	2.681,25	0,926	

Fonte: SUMA ECONÔMICA e COTRIJUI

DÓLAR COMERCIAL

* ÚLTIMO DIA DO MÊS

UREF - Unidade de Referência Agroindustrial

O preço da soja em julho ficou 9 por cento menor que o preço médio registrado no mesmo período em 1993 e em torno de 8 por cento do preço médio de junho deste ano. O milho registrou um pequeno aumento em seu preço, de 6,7 por cento em comparação ao preço médio praticado no ano passado, neste mesmo período ficando, ainda 10,24 por cento maior que o preço pago em junho.

QUANTO VALE O SEU PRODUTO

PROD.	BASE DE COMPARAÇÃO	MÉDIA DOS ÚLTIMOS 12 ANOS	JAN	FEV	MAR.	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	
Quantas sacas são necessárias para adquirir:										
FEIJÃO	01 t. de calcário	0,5	0,9	0,6	0,6	0,9	1,0	1,0	0,6	
	01 t. de superfosfato simples	4,9	5,8	3,7	3,9	5,6	6,1	6,2	3,7	
	01 t. de adubo (1)	12,3	8,7	5,4	5,5	8,1	8,8	9,2	5,4	
	0,1 t de uréia (1)	14,7	10,1	6,5	6,8	9,3	10,1	11,3	6,7	
MILHO	01 automotriz	7.463,8	9.055	8.881	8.970	8.804	8.703	8.894	8.716	
	01 trator médio	3.898,5	5.794	4.545	4.651	3.987	3.941	4.660	4.564	
	01 t. de uréia	44,6	29,1	34,0	33,6	34,6	34,2	36,9	36,1	
	01 t. de superfosfato triplo	27,1	28,9	33,1	33,4	35,7	35,3	37,2	36,5	
	01 t. de calcário	2,9	2,6	3,0	3,0	3,4	3,4	3,2	2,9	
	01 saca de soja	1,7	1,8	2,0	2,0	1,9	1,8	1,9	1,6	
	01 l. de adubo	31,9	24,9	27,0	27,5	30,2	29,9	30,3	29,3	
	100 litros de diesel	4,1	5,5	5,6	5,6	5,5	5,2	6,2	5,1	
	20 kg de semente (1)	6,7	-	-	-	7,8	7,8	6,5	6,6	
	01 litro de herbicida (2)	0,9	0,8	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,9	
SOJA	01 automotriz	4.422,0	4.503	4.258	4.485	4.649	4.758	4.623	5.403	
	01 trator médio	2.377,0	2.881	2.177	2.236	2.105	2.154	2.422	2.829	
	01 t. de calcário	1,4	1,4	1,4	1,5	1,8	1,8	1,6	1,8	
	01 t. de superfosfato triplo (1)	21,1	15,9	16,1	16,7	18,7	19,3	19,3	22,6	
	50 kg de semente	1,2	-	-	-	1,2	1,3	1,2	1,2	
	100 litros de diesel	2,5	2,7	2,7	2,9	2,9	2,8	3,2	3,1	
	01 t. de adubo	19,0	12,9	12,8	13,2	15,1	15,4	14,7	17,2	
	01 litro de herbicida (2)	2,7	2,4	2,4	2,5	2,7	2,6	2,5	2,9	
	TRIGO	01 automotriz	5.373,1	8.179	7.650	7.826	7.681	7.692	8.095	7.983
		01 trator médio	3.053,7	5.233	3.913	4.058	3.478	3.493	4.242	4.180
01 t. de uréia		22,4	30,4	29,3	29,3	30,1	30,2	33,6	33,1	
01 t. de calcário		1,8	2,7	2,6	2,6	3,0	3,0	2,9	2,7	
100 litros de diesel		2,7	4,9	4,8	4,8	4,8	4,6	5,7	4,6	
01 t. de adubo		21,2	26,0	24,5	23,9	26,4	26,4	27,5	26,9	
01 litro de fungicida (2)		6,1	7,1	6,8	6,8	6,8	6,7	6,4	6,5	
50 kg de semente (2)		1,8	-	-	-	1,9	1,9	1,9	-	
Quanto se adquire com 1 kg de suíno:										
SUÍNO		kg. de milho	6,8	6,2	7,3	6,3	6,1	6,2	6,3	5,8
	kg. de soja	4,6	3,4	3,4	3,2	3,2	3,3	3,2	3,8	
	litros de leite	3,8	3,8	4,2	3,7	3,1	3,5	3,3	3,4	
	kg. de bovinos	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,9	0,9	0,9	
	kg de concentrado	2,7	2,2	2,8	2,6	2,2	2,4	2,3	2,0	
	kg. de ração crescimento	3,7	3,5	4,6	4,3	3,5	3,9	3,9	3,4	
	kg. de ração terminação	4,0	3,8	4,9	4,6	3,8	4,2	3,7	3,8	
	kg. de farejo de soja (1)	2,9	3,1	3,3	2,9	2,8	2,8	2,8	3,0	
Quanto se adquire c/1 kg de peixe										
PEIXE	kg de soja	-	3,9	2,9	3,4	3,3	2,9	2,9	4,3	
	kg de farejo soja	-	2,8	2,8	3,1	2,9	2,4	2,3	3,5	
	kg farejo de trigo	-	7,7	6,6	7,2	4,3	5,8	5,7	7,3	
	kg de triguilho	-	9,6	8,4	9,6	5,6	6,9	6,7	9,1	
	kg de bovino	-	0,9	0,8	1,0	0,7	0,8	0,8	1,1	
	kg de suíno	-	0,9	0,8	1,0	0,7	0,9	0,9	1,1	

Fonte: Economia Rural/Cotrijui
(1) MÉDIA DE UM ANO
(2) MÉDIA DE DOIS ANOS

VARIAÇÃO DOS PREÇOS COMPARADOS COM INDICADORES ECONÔMICOS

PRODUTO	VARIAÇÃO NO MÊS %							
	Jan.	Fev.	Mar.	Abril	Mai	Junho	Julho	Acumul.
SOJA	43,23	38,19	38,17	36,74	45,58	43,46	(8,81)	621,02
MILHO	16,67	33,21	46,92	41,46	46,45	44,14	6,23	624,12
TRIGO	44,32	39,68	45,54	40,16	44,12	40,77	5,73	782,07
SUÍNO	19,75	52,50	36,06	35,97	52,70	41,15	11,12	708,97
BOVINO	42,86	46,67	31,82	25,86	77,40	43,01	1,10	780,65
LEITE	39,29	38,46	42,59	45,65	48,46	56,91	0,0	833,04
PEIXE	29,04	52,46	40,85	36,71	27,85	37,00	43,8	853,45
IGP-M (FGF)	39,07	40,78	45,71	40,91	42,58	45,21	40,0	1.068,32
INPC-(IBGE)	40,30	40,57	43,08	42,86	42,73	42,58	7,75	783,93
DÓLAR	42,48	39,46	45,48	40,09	44,06	45,48	(2,66)	728,81
POUPANÇA	41,79	42,89	42,55	49,03	47,17	47,60	5,55	896,82
UREF	39,25	41,79	40,85	45,33	42,27	48,03	20,39	913,85

Divisão Agrotécnica

O Plano Real já começa a surtir seus primeiros efeitos na agricultura. Os preços dos produtos ficaram congelados, mas os dos componentes que formam a lavoura continuaram tendo acréscimos. Quem está acostumado a fazer compras usando o produto como referência, já começa a sentir na carne essa reação. Um exemplo é o preço de uma automotriz que, em junho, podia ser adquirida com 4.623 sacos de soja. Em julho, que saiu às compras, teve que se desfazer de 5.403 sacos de soja para comprar a mesma máquina. Num prazo de um mês, ela ficou 16,9 por cento mais cara. A elevação no preço do trator foi semelhante, 16,8 por cento. Até junho, uma tonelada de adubo custava o equivalente a 14,7 sacos de soja. Em julho, essa tonelada de adubo ficou 17,4 por cento mais cara. Ou seja, com os 14,7 sacos de soja, o produtor pode comprar apenas 855 quilos de adubo

No mês de julho, o preço da soja ficou 8,81 por cento inferior ao praticado em junho. Com isso, o produtor passou a contabilizar perdas, já que tanto o preço dos insumos como o dos maquinários sofreram reajustes. O preço do peixe registrou um aumento de 43,8 por cento em relação ao praticado no mês anterior e o do suíno, 11,12 por cento, mostrando, desta forma, uma pequena reação.

PREÇOS MÍNIMOS SAFRA 1993/1994 - EM CR\$/RS

PRODUTO	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Junho	Julho
Arroz Irriga.	3.747,00	5.314,00	7.484,50	10.877,50	15.475,50	22.908,50	10,82
Sequeiro	3.307,28	4.690,00	6.605,40	9.600,60	13.659,00	20.219,40	8,85
Milho	2.364,00	3.352,00	4.722,00	6.863,40	9.765,00	14.455,20	6,32
Soja	3.042,00	4.314,00	6.076,20	8.830,80	12.564,00	18.598,80	8,14
Feijão	8.406,60	11.921,40	16.790,40	24.402,60	34.717,80	51.393,60	22,50
Trigo	3.205,80	4.546,20	-	-	13.389,00	19.820,40	8,68
Tritic.	2.884,80	4.090,40	-	-	12.050,40	17.838,00	7,81

Fonte: CONAB/COTRIJUI

Elaboração: ASSESSORIA DE ESTÍMULOS ECONÔMICOS

Viagem ao Paraná

A fidelidade e organização dos associados da Cooperativa Agrária surpreendeu um grupo de produtores de Jóia que foi conhecer a região centro-oeste do Paraná

A curiosidade em conhecer uma das regiões mais desenvolvidas do centro-oeste do Paraná reuniu um grupo de 36 produtores de Jóia, associados da Cotrijuí e do Clube de Amigos da Terra, numa visita aos municípios de Cascavel e Guarapuava. Nestes dois municípios, o grupo que esteve acompanhado pelo secretário municipal de Agricultura, Protásio Escobar, visitou uma propriedade rural, a Estação Experimental da Ciba Sementes, o Centro de Pesquisa da Organização das Cooperativas do Paraná e a Cooperativa Agrária Mista Entre Rios Ltda., de onde saíram surpresos com a fidelidade dos associados.

Coordenado pelo engenheiro agrônomo responsável pelo departamento técnico da Cotrijuí na Unidade de Jóia, Francisco Gonzalo, a visita ocorreu nos dias 28 e 29 de julho. "A viagem foi um pretexto encontrado para agregar o grupo na busca de informações e subsídios técnicos de outras organizações cooperativas", justificou o coordenador do grupo.

TRABALHOS COM MILHO - Tendo como ponto de partida o município de Cascavel, o grupo deu início a viagem de reconhecimento pela Estação Experimental da Ciba Geigy - a Ciba Sementes - onde conheceu o trabalho que vem sendo realizado com cerca de dois mil materiais de milhos híbridos. De acordo com os técnicos da Estação, todos os materiais que apresentarem as características desejadas, têm suas sementes multiplicadas. "Mas este é um processo que leva de oito a 10 anos", esclareceu Francisco. Neste trabalho são avaliadas características como altura da planta, tombamento, resistência às doenças e pragas, produtividade, entre outras.

No trabalho de conservação de solos feito na Estação, chamou a atenção dos produtores a retirada dos terraços que, segundo os técnicos, teve como objetivo facilitar o manejo das parcelas, "dando lugar a implantação do sistema de plantio direto sempre em cobertura". Para um solo bastante ácido - com um pH em torno de 4,5 - é feita a correção da acidez. Após é cultivado a aveia preta. Nas áreas de rotação, especialmente no verão, a soja vem sendo substituída pelo tab-lab, por apresentar um sistema radicular profundo.

Nas adubações das parcelas de milho, tem sido usado 400 quilos por hectare da fórmula 8-30-20, mais zinco e cobertura de nitrogênio com uréia. Um terço da dose de uréia é aplicada após os 30 dias de emergência da planta e o restante aos 40-45 dias, através da incorporação. Apesar da Estação Experimental contar com um penetrômetro - aparelho usado para verificar a compactação do solo - colocado em avaliação pelos produtores, os pesquisadores do Centro disseram que a planta continua, ainda, sendo o melhor indicador na observação do sistema radicular. Ao visitarem o parque de máquinas da Estação, tomaram contato com plantadeiras e colheitadeiras dotadas de computador.

A PROPRIEDADE VISITADA - Depois de ter vivido vários anos nos Estados Unidos e atuado em instituições de pesquisa no Brasil, o produtor e engenheiro agrônomo Eloir Hasmann decidiu assumir a propriedade de 300 hectares do pai, dedicando-se a atividades como lavoura e pecuária leiteira, com planos para ingressar na avicultura. No inverno planta trigo para a produção de grãos e aveia branca e o nabo forrageiro para cobertura, "uma vez que vem introduzindo

na propriedade o sistema de plantio direto", informa o coordenador do grupo destacando a preocupação constante do produtor paranaense com o solo.

A soja, com uma produtividade média de 45 sacos por hectare e o milho com 110 sacos por hectare, são as duas culturas de ponta que fazem a safra de verão na propriedade de Eloir Hasmann. Com um plantel de 50 animais - a meta é chegar a 100 - e uma produção de 18 litros de leite por vaca/dia, o produtor tem feito do leite uma atividade importante dentro do sistema de diversificação. A alimentação dos animais é constituída por aveia e milheto. A soja torrada no forno, a silagem, a mandioca e a abóbora, suplementam as pastagens.

A HISTÓRIA DA REGIÃO - No Centro de Pesquisas - Difusão de Tecnologia - da Organização das Cooperativas do Paraná, os produtores foram recebidos pelo pesquisador Luís Culturato, onde tiveram oportunidades de conhecer um pouco da história da agricultura na região, com detalhamento para o sistema de plantio direto que só não avançou na proporção esperada em função do processo de colonização - muitos produtores venderam suas propriedades e partiram para outras regiões, como o Mato Grosso -, aliada as características do solo - mais de 85 por cento de argila - e alta fertilidade.

Multiplicar sementes de novas cultivares - caso da variedade Ocepar 21, de trigo, que também apresenta qualidade superior, especialmente para a panificação - e a pesquisa de materiais de soja que apresentem resistência ao cancro da haste, são trabalhos que tem sido intensificados no Centro de Pesquisa da Ocepar. Entre os materiais tolerantes ao cancro, os pesquisadores colocam as cultivares Ocepar 13 e a Ocepar 14. Já foram obtidos materiais da cultivar Iguazu, "que apresenta resistência a doença", estando agora em fase de multiplicação. O Centro ainda produz semente de milho híbrido, "com pouca participação no mercado", informa Francisco, e o baculovírus em pó para o controle da lagarta da soja.

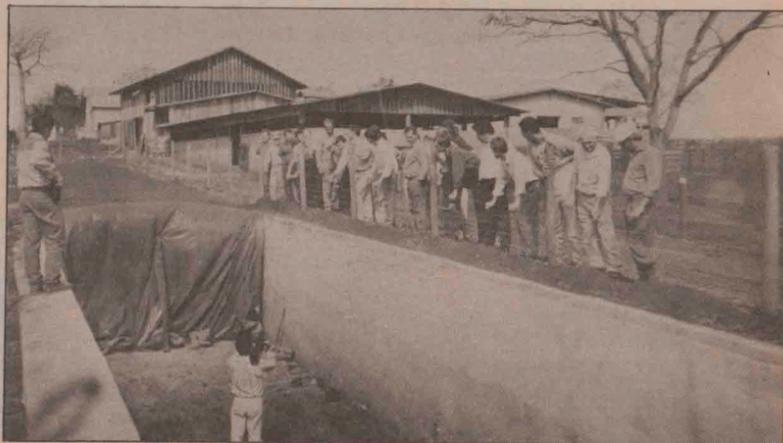
ORGANIZAÇÃO SURPREENDE - Surpresa. Esta foi a reação do grupo de produtores de Jóia ao conhecerem a organização da Cooperativa Agrária Mista de Entre Rios Ltda., localizada em Guarapuava. Com um quadro social composto por 490 produtores, a Agrária tem se destacado pela forte atuação nas áreas social, educacional e cultural. Financia terra dentro da sua área de ação aos associados interessados e mantém seguro contra possíveis prejuízos nas lavouras ocasionados por granizo.

"A fidelidade do associado com a cooperativa é surpreendente", relataram os próprios produtores. Essa fidelidade permite um efetivo planejamento das safras, "fazendo com que a cooperativa tenha condições de suprir as necessidades de insumos dos produtores", explica o responsável pelo departamento técnico da Unidade de Jóia.

Também chamou a atenção dos produtores o trabalho desenvolvido pelo departamento técnico da cooperativa - totalmente terceirizado - e que tem como base três pontos fundamentais - aumento da produtividade, racionalização dos custos e diversificação da produção intensiva, "abrangendo principalmente a produção animal como forma adequada de integração das atividades". Cada 8.000 hectares é atendido por um técnico.

COTRIJORNAL

IJUI/JULHO/1994



Na visita à propriedade, ... os produtores junto a um dos silos

A produtividade média de milho dos associados da Agrária anda ao redor dos 7.000 quilos por hectare e a de soja - o carro-chefe da cooperativa - em 45 sacos por hectare. Praticamente 100 por cento das lavouras são feitas com plantio direto, sem sistemas de terraceamento. "Mas a declividade dos terrenos e a ocupação das áreas durante o inverno, com o gado de corte em cima da cobertura rala, levantou dúvidas entre os produtores gaúchos sobre a eficiência da retirada dos terraços", explicou Francisco Gonzalo.

A recessão e a inflação corrosiva vivida em 1993 levou a Agrária a fazer uma ampla reavaliação da sua atuação, objetivos e racionalização da estrutura, visando redu-

ção de custos e aumento da produtividade.

A recessão também atingiu a Agromalte - agroindústria do malte. A retração do consumo e a concorrência do mercado internacional do malte, não só promoveram queda nos preços, como geraram excesso de estoques e fizeram com que a fábrica operasse, em 1993, com ociosidade. Um Departamento de Obras, Moinho de Trigo, Beneficiamento de arroz, Fábrica de Rações, Departamento Florestal e a Transcop, são empreendimentos da Agrária. Ela ainda participa com 43,37 por cento do capital da Cooperativa Central Agropecuária Campos Gerais Ltda., de Ponta Grossa. Essa cooperativa possui uma indústria de óleo vegetal em Paranaaguá e uma segunda construção no município de Guarapuava.

Aveia Cotrijuí

QUALIDADE COTRIJUI

Fazendo parte da sua vida naturalmente.

Z Comunicação